



• U C •

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Joana Maria Gomes Pereira

O Ciberespaço e a Mutação da Realidade

ou como este novo campo de atuação modifica as relações
internacionais

Dissertação de Mestrado na área científica de Relações

Internacionais, na especialidade de Estudos de Paz e Segurança,
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor André Barrinha

Coimbra, 2013

Imagem da capa: Miao Xiaochun (2006), *The Last Judgement in Cyberspace* (detalhe).

Aos meus pais, António e Rosa.

AGRADECIMENTOS

As palavras, os raciocínios e os esforços emprestados neste projeto são o resultado, senão dos cinco anos de estudo dedicado às Relações Internacionais, pelo menos dos dois anos tempestuosos e acutilantes que Coimbra me ofereceu. Será justo dizer que a todos aqueles que fizeram parte da minha vida durante este período pertencem algumas destas páginas. E, por tal, agradeço-lhes.

Pelo seu bom conselho, pela sua firme paciência e pela sua recompensante exigência agradeço ao Professor Doutor Barrinha sem o qual este trabalho não teria sido possível.

Quero agradecer igualmente a todo o corpo docente que me (e nos) acompanhou durante estes tempos por saber conjugar altivos conhecimentos em relações internacionais com a humildade nas relações pessoais; agradeço, também e principalmente, às professoras Doutora Raquel Freire e Doutora Elsa Lechner pelo apoio, pela motivação e pela sinceridade.

Aos meus colegas de curso tenho de agradecer as largas horas passadas a partilhar máguas, desventuras e victórias, fosse entre as quatro paredes da sala ou atrás de um teclado de computador.

Agradeço também à Claudia Veloso e ao Miguel Amorim pela amizade e pelo carinho, pela paciência e pela fé revigorante que me depositaram, mais do que seria justo atribuir-me certamente.

Ao meu irmão, João, agradeço pela paciência, pela admiração e por não rezingar (muito) quando a necessidade o obriga a tomar o meu lugar nos trabalhos da família – já é mais do que o que se pode pedir ao irmão cassula e, por isso, obrigada.

Aos meus pais, agradecer-lhes será pouco ou nada. Por muitos e muitos anos de esforço de trabalho e pelo esforço de acompanhar os tempos para se tornarem pais e conselheiros melhores todos os dias; por sofrerem impotentes na eminência das nossas aventuras e projetos desamestrados e, ainda assim, por nos apoiarem na angústia da desilusão. Tenho uma vida inteira para vos retribuir, e não será suficiente.

Ao Jonas agradeço tudo, e mais agradeceria se pudesse.

Cause we are the ones that want to play

Always want to go

But you never want to stay

And we are the ones that want to choose

Always want to play

But you never want to loose

(...) Aerials, so up high

When you free your eyes eternal prize

System of a Down, *Aerials*

RESUMO

Embora só recentemente tenha começado a fazer parte das agendas políticas dos mais importantes estados e organizações internacionais, o ciberespaço ocupa hoje um importante espaço nas prioridades da comunidade internacional. O objetivo do projeto que aqui se apresenta é o de perceber se o ciberespaço influi nos princípios estruturantes (segurança e estatocentrismo) das RI de forma contundente (podendo levar, nomeadamente, à inutilidade de um sistema inter-estatal); ou, se pelo contrário, o ciberespaço tem vindo a ser apropriado pelos princípios e práticas estruturantes da ordem internacional, levando à apropriação forçada de uma dinâmica tecnológica que, por natureza, não obedece às lógicas estanques promovidas por essas mesmas estruturas.

Em termos teóricos, esta dissertação conjuga um quadro teórico-metodológico assente no construtivismo crítico e na metodologia dos jogos de linguagem de Karin Fierke (1996; 2002; 2005), com uma abordagem teórico-normativa baseada no conceito de sociedade de risco do sociólogo alemão Ulrich Beck (1992, 2000, 2002, 2006a, 2006b, 2009; Beck *et. al.*, 1995). A combinação destas duas abordagens permite caracterizar o fenómeno do ciberespaço como correspondendo a uma modernidade tardia que, supostamente, não se adequa às clássicas dinâmicas inter-estatais do sistema internacional ao mesmo tempo que permite, através dos jogos de linguagem, perceber como é essa adequação potencialmente anacrónica, é operada politicamente.

PALAVRAS-CHAVE:

Soberania, segurança, ciberespaço, estatocentrismo.

ABSTRACT

Despite its recent entrance in the political agendas of the most important state actors and international forums, cyberspace demands today for a critical space on the priorities of the international community. The objective of this study is to understand how cyberspace is influencing processes of mutation in the international relations' structural principals (security and sovereignty), that is, if cyberspace is pushing those structural principals in a so scathing manner that it may open the way to a new international order; or, by contrast, cyberspace has no real or significant influence on the international relations and, therefore, is being incorporated by those same traditional structural principals giving, in this way, place to a forced appropriation of a technological dynamic that, by nature, does not obey the tight logics of those structures.

The theoretical and methodological framework of this study congregates the critical constructivism theory and the language games methodology of Karin Fierke (1996; 2002; 2005) with the risk society theoretic-normative approach of Ulrich Beck (1992, 2000, 2002, 2006a, 2006b, 2009; Beck *et. al.*, 1995). This combination allows the project to see the phenomena of cyberspace as a late modernity that, supposedly, doesn't adjust with the interstate classical dynamics of the international system; while, through the language games methodology, allows the study to understand how that process of adjustment – potentially antagonistic – is being politically operated.

KEYWORDS:

Sovereignty, security, cyberspace, state-centrism.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

DDoS	Distributed Denial of Service, ou negação de servio distribuıda
EUA	Estados Unidos da América
ICI	Infraestrutura Crı́tica de Informação
ICNI	“Iniciativa de Cibersegurana Nacional Integrada”
IP	Internet Protocol, Protocolo de Internet
NATO	North Atlantic Treaty Organization, ou Organização do Tratado do Atlântico Norte
RCG	Responsabilidade Civil Geral
RI	Relações Internacional
RU	Reino Unido
UE	União Europeia

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 – Os Jogos de Linguagem, as Gramáticas e as Formas de Vida.....	17
Esquema 2 – As Correntes Teóricas Dominantes e o Estatocentrismo.....	22
Esquema 3 – Processo de Modernização.....	32
Esquema 4 – Modernização Reflexiva (detalhe).....	34
Esquema 5 – Os Jogos de Linguagem e a Sociedade Cosmopolita	43
Esquema 6 – Os jogos de linguagem e a Estratégia dos EUA para o Ciberespaço...	55

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Cap. I - Construtivismo crítico, mutação e formas de vida.....	9
1.1) Reconhecer a mutabilidade nas relações internacionais - o construtivismo crítico.....	9
1.2) Uma metodologia de mudança - Fierke e a linguagem.....	14
1.3) Soberania e segurança em defesa do estatocentrismo.....	19
Cap. II - O ciberespaço como elemento crítico.....	29
2.1) Beck e a sociedade de risco.....	30
2.2) Ciberespaço: entre o real e o virtual.....	35
2.3) Ciberespaço como risco: potencialidades e desafios.....	37
Cap. III - A mutação que não aconteceu - os EUA e o ciberespaço.....	45
3.1) Obama e os jogos de linguagem.....	48
3.2) Entre a prática, a teoria e a concretização.....	55
Remate e conclusões.....	59
Bibliografia.....	63

INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho que aqui se apresenta consubstancia-se em perceber como é que o ciberespaço, enquanto novíssimo espaço de interação social, se reflete no âmago das relações internacionais ou, de forma mais específica, como é que o ciberespaço alterou o entendimento de dois conceitos estruturantes da ordem internacional: soberania e segurança. É aqui argumentado que, apesar da natureza radicalmente diferente deste espaço virtual, o ciberespaço tem sido absorvido nas relações internacionais pelas estruturas e dinâmicas político-militares pré-existentes.

Os últimos anos (e principalmente, a última década) presenciaram a ávida forma com que o mundo – desde indivíduos a organizações internacionais, desde as pequenas empresas às mais essenciais estruturas dos estados – incorporou o ciberespaço: na Lituânia, a percentagem de famílias com acesso à internet multiplicou-se por 15 vezes em 10 anos e, no caso da Letónia, 23 vezes (ano de 2012 em relação ao ano de 2002) (Eurostat, 2013).

A própria atividade económica acabou por se adaptar a este novo instrumento: em 2012, cerca de 16% do volume de negócios das empresas situadas no espaço da UE proveio de transações *online* chegando, no caso da Irlanda, a ultrapassar os 50% (*Idem.*). No Médio Oriente e em África o comércio *online* cresceu, em 2011, 70% em relação ao ano anterior enquanto, nesse mesmo ano, a Indonésia e a China ultrapassaram a barreira dos 100% (eMarketer, 2013).

Os serviços públicos também estão cada vez mais dependentes do ciberespaço. Num documento do Departamento de Segurança Nacional relativo ao orçamento para o ano fiscal de 2005, os EUA identificam 168 000 sistemas de águas públicas, 300 000 instalações para produção de petróleo e gás natural, 4000 plataformas em alto-mar, 278 000 milhas de gasodutos, 361 portos de mar, 104 infraestruturas de energia nuclear, 80 000 barragens e outras dezenas de milhares de infraestruturas espalhadas por 14 importantes sectores da economia dos EUA que estão integrados nas suas infraestruturas críticas de informação (ICI) (Departamento de Segurança Nacional dos EUA, 2005: 46) podendo, assim, ser geridos apenas através de um computador.

No entanto, cedo se tornou perceptível que este novo espaço de interação podia – e estava a – tornar-se perigoso. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO)

reconhece que um dos primeiros sérios ataques no ciberespaço se deu em 1988 através daquela que ficou conhecida como “*Morris worm*”, um código malicioso que conseguiu replicar-se através da *internet* e que se aproveitou das fraquezas dos sistemas operativos Unix para tornar os computadores infetados cada vez mais lentos ao ponto de se tornarem inutilizáveis (NATO, 2013). Em 2006, a *National Aeronautics and Space Administration* (NASA) foi obrigada a bloquear todos os *e-mails* com anexos para impedir que os códigos de lançamento dos vaivéns espaciais fossem *hackeados*¹. Ainda assim, reportou-se que esses mesmos códigos foram obtidos por intrusos estrangeiros desconhecidos (*Idem*). De facto, entre 2002 e 2008, o número de novos códigos maliciosos no espaço virtual aumentou de 20 547 para 1 656 227, um incremento na ordem dos 8000% em 6 anos; sendo que cerca de 7320 pontos percentuais desses 8000% aconteceram apenas entre 2006 e 2008 (Symantec, 2009: 7).

E, na verdade, o ano de 2007 demonstrou ser fulcral na concretização de alguns riscos do ciberespaço que já se vinham especulando há anos, nomeadamente, o da possibilidade de uma ciberguerra. Nesse ano, a poucas milhas da fronteira com Israel e sem que ninguém o previsse – nem mesmo os próprios sírios –, uma incursão da força aérea israelita entrou em território sírio através da fronteira com a Turquia e devastou um local de construção sob o qual recaia a suspeita de vir a tornar-se uma instalação de armamento nuclear desenhada pela Coreia do Norte (Clarke e Knake, 2010: 3). Mas o que este ataque trouxe de inovador foi que, apesar do novíssimo sistema de radares que a Síria tinha recentemente adquirido da Rússia, as forças armadas sírias foram incapazes de detetar a entrada da armada israelita de F-15 *Eagles* e F-16 *Falcons* no espaço aéreo nacional – o sistema de defesa sírio tinha sido bloqueado (*Id.*: 5):

Era assim que a guerra podia ser travada na era da informação, era a ciberguerra [... e] na era da ciberguerra, os israelitas asseguraram-se de que o inimigo não conseguia sequer levantar as suas defesas² (*Id.*: 6).

Este é um exemplo do que um ataque armado convencional pode tornar-se ao ser coadjuvado às capacidades do ciberespaço ou, como preferem os militares dos EUA, um ataque cinético. No entanto, o ciberespaço também consegue provocar estragos sem

¹ Do inglês, *hack*: conseguir acesso não autorizado a informação num sistema ou computador (fonte: Oxford Dictionary).

² Tradução livre da autora. No original, “*This was how war would be fought in the information age, this was Cyber War ... in the age of cyber war, the Israelis ensured that the enemy could not even raise its defenses*”.

recorrer aos instrumentos tradicionais da guerra (*Id.*: 11). Em 2007, na Estónia, uma querela com a Rússia acerca da remoção de um memorial de guerra deu origem a um ataque cibernético com base em “*Distributed Denial of Service*” (DDoS, isto é, negação de serviços distribuída) que interrompeu temporariamente os serviços governamentais *online* (NATO, 2013). Atualmente, a China é a maior fonte mundial de ataques cibernéticos seguida pela Indonésia (cuja participação aumentou 30 vezes entre dois trimestres), pelos EUA, pela Turquia e, depois, pela Rússia; em conjunto, só a China e a Indonésia representam 55% da origem de todos os ataques virtuais (Akamai, 2013: 6).

Ora, apercebendo-se do potencial alcance político-militar do ciberespaço, vários estados e organizações internacionais começaram a preparar-se para esta nova era: em 2008, na sequência dos ataques na Estónia, a NATO instalou o *Cooperative Cyber Defence Centre of Excellence* em Tallin para aumentar as capacidades de defesa dos seus estados financiadores; em 2012 foi concretizado um investimento de 58 milhões de euros para criar o *NATO Computer Incident Response Capability* e uma *Cyber Threat Awareness Cell*. (NATO). A União Europeia criou, também, em 2004 (estabelecida em 2005), a *European Network and Information Security Agency*, um centro de ciber *expertise* para a segurança e proteção da informação da UE (ENISA, 2013).

Os EUA, por sua vez, têm-se revelado prolíferos na produção de documentação oficial acerca das estratégias e políticas para o ciberespaço. De destacar aqui a *Revisão das Políticas para o Ciberespaço* (2009), a *Estratégia Internacional para o Ciberespaço* (2011) e a *Estratégia para Operar no Ciberespaço* (2011) (documentos que serão neste projeto mais detalhadamente estudados). No mesmo sentido, para combater as ameaças no ciberespaço, os EUA e a Rússia iniciaram, em 2013, um esforço conjunto e criaram um grupo de trabalho bilateral com o objetivo de diminuir a insegurança internacional no campo das tecnologias de informação e comunicação (Voice of Russia, 2013). No Reino Unido (RU), foram alocadas cerca de 650 milhões de libras durante quatro anos para estabelecer o *National Cyber Security Programme*; além disso, foi lançada também a *UK Cyber Security Strategy* em 2009 e renovada em 2011 (Gov.UK, 2013).

Toda esta produção de políticas e estratégias tem surgido como reação dos estados e organizações internacionais à percepção da potencial (e, parte dela, concretizada) influência do ciberespaço no normal funcionamento daquelas entidades e instituições e, tal

reação tem a capacidade de provocar mutações nos entendimentos de alguns dos princípios estruturantes da ordem internacional, como o são a soberania e segurança; e é a partir desta convicção que se desenvolve o presente projeto. Ao perguntar-se como é que o ciberespaço tem influenciado nos entendimentos de soberania e segurança, este estudo pretende perceber se o ciberespaço influenciou de forma tão arrebatadora na ordem internacional pré-existente ao ponto de provocar mutações nos seus princípios estruturantes que, por sua vez, poderão abrir as portas para uma reformulação daquela ordem internacional; ou, se pelo contrário, o ciberespaço não conseguiu um papel tão contundente nas relações internacionais e, em consequência, acabou por ser absorvido pelas estruturas daquela ordem internacional pré-existente.

Assim, e uma vez que o objeto de análise deste projeto se resume ao estudo de um processo de mutação social é necessário que aqui se constitua um quadro teórico-metodológico capaz de entender tanto a perspetiva historicista dos entendimentos de soberania e segurança, como a sua natureza relativa e mutável. Para tal, este estudo parte de uma abordagem construtivista crítica que salienta a mutabilidade das construções sociais – algo sobre o qual o construtivismo convencional se revela “agnóstico” (Hopf, 1998: 180). Aqui, estes “*conceitos essencialmente contestados*” (Gallie, 1956) – isto é, cuja definição não é incólume ou livre de objeções – de soberania e segurança adquirirem um valor mutável e relativo uma vez que são, no seio desta investigação, entendidos como construções sociais dependentes, não só de uma dada sociedade como, e principalmente, do contexto espacial e temporal em que essa sociedade está envolvida.

No sentido de apresentar a natureza radicalmente diferenciada do ciberespaço enquanto novo espaço de atuação social e, conseqüentemente, o seu potencial para provocar mutações nos princípios estruturantes de determinada ordem internacional, é coadjuvada a este quadro teórico a análise sociológica de Ulrich Beck (1992; 2000; 2002; 2006a; 2006b; 2009; Beck *et. al.*, 1995). Este sociólogo desenvolveu um modelo teórico que trata a influência dos avanços tecnológicos e do desenvolvimento desenfreado da humanidade, argumentando que o ser humano chegou a um ponto de antropocentrismo tal que, desconsiderando todos os desígnios religiosos, proféticos e/ou sociais, vê-se a si e às suas ações julgadas apenas perante si mesmo (Beck, 2009: 4). Tal credo – apesar do efeito libertador – demonstra que os esforços de desenvolvimento social e económico acabam por

provocar consequências potencialmente devastadoras para a própria espécie humana. Essas consequências ou efeitos derivantes são aqui chamadas de Riscos e esta nova sociedade consciente das suas ações é uma Sociedade de Risco (Beck, 1992).

(...) o mundo já não pode controlar os perigos produzidos pela modernidade; para ser mais preciso, a crença de que a sociedade moderna pode controlar os perigos que ela própria produz está a colapsar – não por causa das suas omissões e derrotas mas por causa dos seus *triumfos*.³ (Beck, 1992: 8; destacado original).

Na busca de uma conexão entre estas proposições lógicas e o desenvolvimento concreto da política do ciberespaço, é aplicada uma metodologia de análise que pretende apurar, por meio do estudo da linguagem nos discursos oficiais, o impacto da alocação do ciberespaço nas estruturas estatais e relações internacionais. Esta aplicação metodológica faz-se pelas mãos de Karin Fierke e dos seus Jogos de Linguagem, uma metodologia que nasceu da segunda volta da revolução linguística que marcou a filosofia de investigação no séc. XX e conjurada, mais especificamente, pelo filósofo Ludwig Wittgenstein (Fierke, 1996; 2002; 2005; Wittgenstein, 1958). Pela pertinência e importância que este caso ocupa nas relações internacionais e, também, pela diversidade e quantidade de textos oficiais que disponibiliza, esta análise incidirá com maior ênfase no exemplo da política de cibersegurança dos Estados Unidos da América (EUA).

Ao tomar uma perspectiva amplamente pós-positivista, este estudo adquiriu, invariavelmente, uma metodologia baseada na linguagem como constitutiva de um mundo objetivo. Os jogos de linguagem permitem o estudo de discursos e documentos oficiais no intuito de conseguir uma relação clarividente entre o mundo e as proposições lógicas. O principal diferenciador entre estas duas análises linguísticas está na direção que os jogos de linguagem tomam no sentido de apurar as estruturas de regras que compõem cada um dos contextos específicos de atuação.

Este tipo de análise revela-se importante em todas as etapas deste estudo: num primeiro momento é através desta metodologia que se estudam os princípios estruturantes da ordem internacional (soberania e segurança); num segundo momento, também com base nas linhas orientadoras deste quadro metodológico, estudam-se os jogos de linguagem associados à visão de Beck acerca da sociedade cosmopolita a que o ciberespaço, enquanto

³ Tradução livre da autora. No original, “*the world can no longer control the dangers produced by modernity; to be more precise, the belief that modern society can control de dangers that itself produces is collapsing – not because of its omissions and defeats but because of its triumphs*”.

risco, poderá conduzir; finalmente, num terceiro momento, a metodologia dos jogos de linguagem é responsável por perceber, através do estudo de caso dos EUA, como é que este estado em particular tem reagido ao ciberespaço.

De facto, o foco do estudo empírico deste projeto recai nos EUA por duas razões essenciais: primeiro, porque, apesar de tudo, os EUA ainda se constituem como o mais importante pilar da ordem internacional; e, segundo, porque tem sido um dos estados que mais tem investido em políticas de cibersegurança: além da prolífera produção de políticas e estratégias para o ciberespaço e de sua participação ativa em diversos fóruns internacionais com o objetivo de promover a cibersegurança, Barack Obama – presidente dos EUA – propôs um orçamento de 13 mil milhões de dólares para a cibersegurança. No mesmo sentido, o Pentágono aumentou a sua despesa prevista em gastos com operações de cibersegurança para 2014 em cerca de 20% (em relação a 2013) subindo, assim, para um valor que ronda os 4,7 mil milhões de dólares (Strohm e Shields, 2013).

Em suma, este estudo parte do pressuposto que o ciberespaço, enquanto risco, pode conduzir a sociedade em direção a uma ordem internacional mais cosmopolita e onde o lugar cimeiro do estado enquanto ator primordial do sistema internacional perdeu importância. No entanto, através da metodologia dos jogos de linguagem de Fierke – que possibilita perceber o contexto dos discursos – e do estudo de caso dos EUA, é possível perceber que as terminologias aí pré-existentes acerca da sua segurança nacional demonstram uma continuidade com os mesmos pressupostos do estatocentrismo.

Em termos de estrutura, ao primeiro capítulo cabe a demonstração dos princípios teóricos em que este estudo se baseia. Nesta secção são primeiro explanadas as preposições do construtivismo crítico e, com elas, é demonstrada a necessidade de atribuir qualidades de mutação aos objetos sociais, isto é, aos entendimentos acerca do mundo e dos seus constituintes (o que neste estudo se consubstancia nos entendimentos de soberania e segurança). Seguindo o mesmo raciocínio, e através da apresentação dos pressupostos metodológicos de Fierke – nomeadamente, as gramáticas e as formas de vida – é apresentada a ligação que existe entre as construções de soberania e segurança e a sua importância na manutenção de um *status quo* internacional baseado no estatocentrismo. Na prática, tal é conseguido através do pressuposto de que as correntes teóricas dominantes são evidentes da própria prática política (Price e Reus-Smit, 1998: 263) pelo que, estudar

essas correntes e delas retirar os jogos de linguagem subjacentes, se consubstancia em estudar a própria prática política e os seus jogos de linguagem nos respectivos períodos espaço-temporais. Deste primeiro capítulo resulta um esquema que sintetiza as regras dos jogos de linguagem dominantes das relações internacionais.

Postos os princípios teóricos e metodológicos, o segundo capítulo, à semelhança do anterior e com base nos mesmos pressupostos metodológicos de Fierke, procura entender como o ciberespaço tem contribuído para o estabelecimento de novos equilíbrios na ordem internacional. Para tal é necessário encontrar uma perspectiva teórica capaz de analisar não só as características de um determinado objeto ou sujeito mas, principalmente, capaz de avaliar o potencial ativo desse objeto ou sujeito; na prática, é necessária uma avaliação do risco e, para tal, é preciso perceber o modelo teórico de Ulrich Beck. Assim, esta parte do estudo inicia-se pela apresentação da significância do risco e das características de uma sociedade de risco para, depois, inserir o ciberespaço neste quadro teórico, percebê-lo como um risco numa sociedade de modernização acelerada e encontrar as potencialidades de mutação que este novo espaço pode introduzir numa sociedade pré-existente. Se o objetivo da análise do primeiro capítulo foi evidenciar os jogos de linguagem dominantes nas relações internacionais, o objetivo deste novo esquema é demonstrar o impacto do ciberespaço em potência.

Por último, o terceiro capítulo dedica-se à análise (à semelhança dos anteriores capítulos, nos mesmos termos de Fierke) dos jogos de linguagem dos EUA nos documentos associados ao ciberespaço e às estruturas político-militares deste estado. Ainda na segunda parte deste capítulo as conclusões das três partes constituintes deste projeto são comparadas por forma a perceber se a atual ordem internacional (como estudada através dos documentos oficiais dos EUA acerca da estratégia para o ciberespaço) se dirige, efetivamente, em direção à sociedade cosmopolita de Beck ou, se pelo contrário, está em continuidade com a mesma ordem internacional estatocêntrica.

CAPÍTULO I – CONSTRUTIVISMO CRÍTICO, MUTAÇÃO E FORMAS DE VIDA

Antes de iniciar a análise exigida pela questão problematizada a que este estudo pretende responder, é necessário apresentar a base teórica fundamentadora e justificativa do percurso e dos argumentos que compõem este trabalho. Nesse sentido, e uma vez que, como referido, se pretende perceber se (e como) o ciberespaço alterou o entendimentos de soberania e segurança, é necessário adquirir uma base teórica com uma certa perspectiva histórica capaz de mapear a mudança. Por outro lado, é necessário também que contenha uma componente de contemplação das dinâmicas sociais e que perceba a construção dos entendimentos sociais; no mesmo sentido, será, também e inevitavelmente, sensível às relatividades sociais; e, por último, mas não menos importante, é necessário que esta base teórica seja recetiva e, principalmente, advogada da mutação nas relações internacionais.

Estes requisitos apontam para a necessidade de uma abordagem construtivista. No entanto, esta investigação, em particular, necessita de uma perspectiva um pouco mais específica do que aquela oferecida pelo construtivismo dito convencional, uma vez que uma das premissas aqui assumidas é a capacidade de mutação nas relações internacionais. Este construtivismo não acredita na mutabilidade (Hopf, 1998: 180) e tende a defender que as instituições – como a soberania e a segurança – são estruturas estáveis e que muito dificilmente se alteram (*Id.*: 180-181). Por outro lado, esta escolha também se prende com os preceitos epistemológicos e metodológicos do construtivismo crítico que, ao adotar uma perspectiva pós-positivista, encontram no discurso o elemento central de análise das proposições lógicas do mundo (Fierke, 2002: 333). Existe, por isso, uma necessidade de atribuir a esta base teórica atributos do pós-modernismo crítico (caracterizador da teoria crítica, a mesma que está na própria origem do construtivismo), resultando assim numa base teórica essencialmente construtivista crítica (Hopf, 1998: 181).

1.1 A MUTABILIDADE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS – CONSTRUTIVISMO CRÍTICO

O positivismo defende que, não só existe uma realidade objetiva do mundo baseada nas leis e mecanismos imutáveis da natureza, como é possível ao Homem apreender essa realidade (Denzin e Lincoln, 1994: 109-110). O conhecimento, segundo esta corrente, pode ser sumarizado e reduzido a generalizações limpas de contextos espaciais e/ou temporais,

aferições essas muitas vezes deduzidas por leis de causa-efeito (*Id.*: 109) O investigador e o objeto investigado são independentes e não existe qualquer tipo de relação entre estes dois pelo que a investigação é sempre objetiva e imparcial (*Id.*: 110). Respeitando estas características determinísticas e reducionistas, a metodologia dessa corrente assenta no uso de testes empíricos para verificar (ou falsificar) as proposições inferidas dos modelos teóricos na realidade do mundo (*Idem.*).

Na verdade, as características desta corrente estão amplamente difundidas nos tradicionais modelos teóricos das relações internacionais, como é o caso do neorealismo e do neoliberalismo. Como afirma Cox, não existem teorias isentas das influências do seu contexto temporal e/ou espacial, e esse tipo de teoria com esse tipo de afirmação deverá ser analisada não como um esquema teórico que declara constituir, mas antes como ideologia pelo que poderá, então, descobrir-se a perspectiva que oculta (Cox, 1981: 128): “*A teoria serve sempre alguém ou algum propósito*”⁴ (*Idem.*).

Segundo o mesmo autor, a teoria (genérica e abstratamente entendida) pode servir dois propósitos: a resolução de problemas ou a reflexividade acerca do próprio processo de teorização (*Idem.*). A resolução de problemas tem por objetivo resolver as questões encontradas dentro de uma determinada perspectiva (cujas origens, está nela mesma) (*Idem.*); teorias com este propósito recebem na sua análise o mundo como ele é – com todas as suas relações e instituições – e o seu objetivo é fazer com que estas dinâmicas continuem a funcionar regularmente, resolvendo as fontes específicas do problema (*Id.*: 129). Nesse processo, estas teorias estabelecem limites e parâmetros fixos na abordagem e reduzem determinado problema a um número limitado de variáveis, pelo que conseguem deduzir leis e regularidades dotadas de validade generalizada mas que estão, invariavelmente, limitadas aos próprios parâmetros que haviam assumido na persecução da análise (*Idem.*).

O segundo propósito é mais reflexivo e procura, antes, perceber a perspectiva que dá base a determinada teoria e a sua relação com outras perspectivas para, depois, adquirir a possibilidade de escolher uma outra perspectiva válida para a mesma realidade, criando assim a possibilidade de um mundo alternativo (*Id.*: 128). Este propósito alberga a teoria crítica, “*crítica no sentido em que se distancia da ordem vigente do mundo para perguntar*

⁴ Tradução livre da autora. No original, “*Theory is always for someone and for some purpose*” (destacado original).

como é que aquela ordem apareceu”⁵ (*Idem.*). Ao contrário das teorias provenientes daquele primeiro propósito, a teoria crítica não assume as instituições e as relações do mundo mas, antes, procura perceber as suas origens e o processo de mutação que, possivelmente, as afeta (*Idem.*). Para a teoria crítica, a realidade objetiva do mundo é transformada ao longo do tempo e dos contextos pelas forças sociais, políticas, culturais, económicas, etc., pelo que, em contraste com os objetos naturais, a realidade social não é imutável (Denzin e Lincoln, 1994: 109-110).

No mesmo sentido, é rejeitada a posição positivista de inocuidade da investigação, admitindo que existe, sim, uma relação entre o objeto e o investigador que influenciará, inevitavelmente, a investigação. Assumindo essa relação, a metodologia associada reflete, conseqüentemente, essa filosofia orientada para os valores e incentiva a um diálogo entre os agentes envolvidos na investigação por forma a procurar saber como é que as estruturas se podem alterar e que ações são necessárias nesse processo (*Idem.*). Por isso, a teoria crítica apresenta-se como uma teoria de história, não por se preocupar apenas com o passado mas, pela aceitação de que a história representa um processo de contínua mudança (Cox, 1981: 129).

Rejeitando as percepções racionalistas do neorealismo e neoliberalismo, os construtivistas avançam uma perspetiva sociológica na política mundial, realçando a importância das estruturas normativas assim como materiais, o papel da identidade na constituição dos interesses e ações assim como a mútua constituição de agentes e estruturas.⁶ (Price e Reus-Smit, 1998: 259)

O construtivismo (no seu conceito mais amplo) tem as suas raízes na Teoria Crítica (Price e Reus-Smit, 1998; Hopf, 1998) e tal nascimento, segundo Price e Reus-Smit, foi propiciado por três diferentes conjunturas. A primeira delas tem que ver com uma maior abertura por parte das correntes positivistas às características reflexivas da teoria crítica que, no entanto, estavam reticentes às dificuldades que esta apontava na persecução de investigações empíricas. O construtivismo apareceu aqui para preencher este vazio assumindo-se capaz de construir aplicações concretas e, simultaneamente, portador das características antirracionais e reflexivas da teoria crítica (Price e Reus-Smit, 1998: 264-265). O segundo fator aconteceu como consequência do fim da Guerra Fria. Se, por

⁵ Tradução livre da autora. No original, “*critical in the sense that it stands apart from the prevailing order of the world and asks how that order came about*”.

⁶ Tradução livre da autora. No original, “*Rejecting the rationalist precepts of neorealism and neoliberalism, constructivists advance a sociological perspective on world politics, emphasizing the importance of normative as well as material structures, the role of identity in the constitution of interests and action, and the mutual constitution of agents and structures*”.

um lado, este fenómeno provou que as teorias positivistas e racionalistas não eram capazes de explicar mudança no sistema internacional, por outro lado (ironicamente), derrubou também uma das assunções da teoria crítica segundo a qual o discurso dominante das relações internacionais se refletia nas práticas internacionais (*Id.*: 265). Por fim, o último e definitivo fator advém de uma mudança geral e maior abertura na disciplina das Relações Internacionais que propiciou uma nova geração de cientistas sociais que procuravam responder a novas e antigas questões através e uma lente teórica inovadora neste campo (*Id.*: 266).

Assim, este construtivismo, nascido do expoente da teoria crítica, objetivou-se por “desnaturalizar” o mundo social das teorias positivistas que tentavam estudar fenómenos sociais através de metodologias próprias das ciências naturais (Hopf, 1998: 182; Weldes, 1998: 217). O construtivismo mostra que uma investigação cujo objeto de estudo é social tem, necessariamente, características diferentes de uma em que o objeto de estudo é natural e, por tal, é necessário que aquela primeira incorra numa metodologia mais capaz e mais adequada ao estudo de um objeto com uma natureza essencialmente diferente daqueles que existem independentes do mundo social (Adler, 1997: 320).

No mesmo sentido, o construtivismo veio demonstrar a necessidade de perceber e analisar a realidade como uma construção social e intersubjetiva, que estes dados são importantes no entendimento do mundo social (Hopf, 1998: 182) e que, para além disso, é necessário contextualizar todo o conhecimento temporal e espacialmente pois, só dentro do contexto social de que foi recolhido, é possível entender o seu significado (*Idem.*). Por último, e em concordância, é necessário atribuir-lhe também a característica reflexiva (também ela proveniente da teoria crítica) e que capacita o construtivismo para perceber os atores e estruturas como mutuamente constituídos (*Idem.*).

No entanto, cedo o próprio construtivismo criou várias fações dentro desta mesma corrente teórica. Segundo Hopf, alguns teóricos desta corrente adquiriram algumas características fundacionalistas, (*Id.*: 181) e aproximaram-se dos preceitos positivistas e racionalistas de forma a conseguir conclusões mais satisfatórias nas suas investigações (*Id.*: 183), para assim ficarem conhecidos como construtivistas convencionais (*Id.*: 181).

Ontologicamente, o construtivismo convencional adota alguns entendimentos interpretativistas acerca da conexão entre sujeitos dentro de uma rede de entendimentos intersubjetivos. No entanto, no construtivismo crítico, a diferença entre ontologia e epistemologia, isto é, entre estar no mundo e saber do mundo (respetivamente) não existe, colapsa (Moore e Farrands, 2010: 88); o ator e observador não podem ser separados pelo que, estes teóricos, não só admitem a sua influência na investigação como defendem que podem ser uma parte integrante da constituição das entidades sociais que observam (Hopf, 1998: 184).

Por outro lado, este construtivismo crítico revela-se importante, também, pela sua capacidade para suportar e apoiar o entendimento de um sistema internacional mutável (*Id.*: 184), característica sobre a qual o construtivismo convencional se revela “agnóstico”⁷ (*Id.*: 180). Para o primeiro, uma vez que a sociedade e a realidade internacionais são construções sociais – e que, como tal, são mútua e constantemente construídas na base das ações e reações dos seus atores –, o atributo de mutabilidade aparece, naturalmente, demarcado nestes convénios.

No entanto, as principais diferenças entre uma e outra abordagens parecem assentar nas suas características metodológicas e epistemológicas (*Id.*: 182): o convencional admite algum fundacionalismo compactuando, assim, com algum nível de positivismo, enquanto o construtivismo crítico se assume antifundacionista e pós-positivista (*Id.*: 182-183) o que resulta (exemplificando) na interpretação do construtivismo convencional de que as identidades são causas passíveis de ação quando, para o crítico, é necessário estudar as identidades para entender e até “*explodir os mitos associados à sua criação*”⁸ (*Id.*: 184). O construtivismo crítico não pretende criar abordagens que tornem os fenómenos mais previsíveis; pelo contrário, convida a repensar as fundações conceptuais do objeto estudado (Weldes, 1998: 217).

De facto, estas diferenças metodológicas e epistemológicas tornam-se importantes para este estudo uma vez que definem automaticamente a estratégia metodológica aqui adotada – isto é, o estudo da linguagem como acesso às proposições lógicas do mundo. O seguinte subcapítulo encarrega-se precisamente de apresentar essa base metodológica

⁷ Tradução livre da autora. No original, “Constructivism is agnostic about change in world politics”.

⁸ Tradução livre da autora. No original, “critical theory aims at exploding the myths associated with identity formation”.

assente no estudo da linguagem através da perspectiva de Karin Fierke, uma autora que, dentro das convencionais análises de discurso se demarcou por construir uma metodologia que consegue inferir da linguagem e comunicação regras e normas (implícitas ou explícitas) subjacentes a determinados processos e dinâmicas (Fierke, 1996, 2002, 2005).

1.2 UMA METODOLOGIA DE MUDANÇA – FIERKE E A LINGUAGEM

As teorias sociais tradicionalmente aplicadas às RI possuem uma metodologia de análise empírica que, no decorrer do processo de investigação, procura deduzir relações de causalidade entre os fenômenos estudados por forma a manter o rigor científico característico das ciências naturais (Fierke, 2005). Estes modelos teóricos marcados por uma metodologia de causalidade compõem, não raras vezes, investigações que procuram a criação de generalizações e padronizações teóricas (Fierke, 2002: 332) e são comumente conhecidos como correntes positivistas (Wendt, 1998: 101). Essas investigações tendem a cingir-se à explicação do fenômeno, abstraindo-se da tentativa de alcançar o seu entendimento. Tal acontece porque objetos naturais são desprovidos de entendimento social – existem independentemente no mundo (*Id.*: 102).

Por oposição, mais recentemente surgiram nas ciências sociais correntes teóricas que refutam a validade destes modelos metodológicos pela natureza ontologicamente diferente dos objetos sociais, objetos estes que clamam, no decorrer da sua investigação, não só a necessidade de serem explicados, como também – e especialmente – a necessidade de serem entendidos (*Idem.*). Assim, como construções sociais que são, os objetos deste foro estão sujeitos a significados mutáveis a que os métodos de análise positivistas são insensíveis, uma vez que o principal foco desses modelos científicos está na criação de regras, princípios, modelos e teorias que permitam explicar os fenômenos em estudo (Fierke, 2005: 12).

Na prática, a problemática de estudar o mundo social, satisfazendo a necessidade de entendimento dos objetos sociais, consubstancia-se na criação de uma ligação coerente e clarividente entre o mundo e as proposições lógicas (Debrix, 2003: 74). Essa ligação parece ter sido encontrada na linguagem comum que, segundo os primeiros contributos de Ludwig Wittgenstein (1922), é capaz de espelhar o mundo empírico em proposições

lógicas (Debrix, 2003: 76). Consequentemente, estes primeiros ímpetus da revolução linguística acabaram por refletir-se e influenciar profundamente as próprias correntes positivistas que, servindo-se do princípio de que a “[l]inguagem era a totalidade das proposições e, por isso, a totalidade do mundo”⁹ (Id.: 74), basearam as suas investigações na verificação/falsificação desses mesmos juízos (Fierke, 1996: 469; 2002: 351; Debrix, 2003: 74-75).

A primeira volta da revolução linguística deu-se, evoluiu e, eventualmente, nos seus últimos trabalhos, Wittgenstein acabou por derrubar as principais assunções do seu *Tractatus* quando percebeu que entender as palavras como rótulos dos objetos sociais para, assim, compará-las com aquilo que descrevem era impossível (Wittgenstein, 1958; Fierke, 1996: 469). Para este filósofo, tornou-se claro que as palavras e significados atribuídos a determinado objeto são, em si mesmos, mutáveis e constituem-se em relação um ao outro a partir de um conjunto de práticas a que as regras do contexto daquele jogo dão aso (*Idem.*).

De uma forma mais simples, as interações sociais não podem ser traduzidas em imagens ou fotografias; é necessário encará-las como um processo mais fluído, como um “jogo em processo”¹⁰ (Fierke, 2002: 337), onde o mais importante é a estrutura de regras subjacente a esse jogo (*Idem.*). Cada jogada – isto é, cada movimentação social – produz-se e reproduz-se através de padrões de atuação¹¹ que, não só definem as regras do jogo – ou seja, os limites da razoabilidade nas relações sociais – como também é cada uma dessas jogadas definida por essas regras – no mesmo sentido, cada uma dessas movimentações sociais também é definida pelo entendimento que os seres sociais lhe atribuem e pela regularidade com que é repetida (Fierke, 1996: 470).

Assim, é necessário reter a importância de dois conceitos centrais à metodologia que Fierke produziu através dos estudos de Wittgenstein: por um lado a essência da “linguagem” comum através da qual o ser social se projeta no mundo e, por outro lado, as “regras” intrínsecas a essa comunicação e ao ser social (Krause e Williams, 1997: 225). De uma outra forma, um jogo é constituído por uma panóplia de atos que estão impregnados

⁹ Tradução livre da autora. No original, “*Language was the totality of propositions and therefor the totality of the world*”.

¹⁰ Tradução livre da autora. No original, “*game in process*”.

¹¹ Não confundir com leis. A lei tem características absolutistas: existe ou não existe; é independente do entendimento humano – as regras (por oposição às leis) são explicitamente sociais (Fierke, 1996: 470).

com linguagem e, por sua vez, só a linguagem é capaz de fazer chegar ao ser social as regras de como atuar em determinado jogo (*Id.*: 226). A esta relação chama-se “jogo de linguagem” e, só através dela, é possível perceber o significado de determinada estruturação da ação (*Id.*: 225).

Apesar das regras serem, nesta metodologia, ontologicamente mais instáveis que as leis, é apenas quando se introduz essa característica sensível à diferenciação de contextos que é possível recuperar algum nível de coerência no sistema internacional (*Id.*: 226). Apesar de volúveis, as regras nascem do processo de ação e reação entre vários atores e adaptam-se – à medida da interação entre esses sujeitos – a cada um dos jogos em que esses atores estão envolvidos, acabando por, inevitavelmente, formar padrões de comportamento (Fierke, 2002: 338); pelo que, fundamentalmente, essas regras representam uma realidade objetiva independente das estruturas de significado e interpretação (*Idem.*).

Nesta segunda volta da revolução linguística, Wittgenstein percebeu que – seguindo o mesmo raciocínio – se a linguagem não reflete pura e cristalina o mundo objetivo poderá parecer que se efetiva, então, uma perda de lógica na investigação. No entanto, tal lógica científica é apenas reforçada pelo argumento de que essas proposições se encontram na essência da linguagem, isto é, na gramática da linguagem (Fierke, 2002: 344).

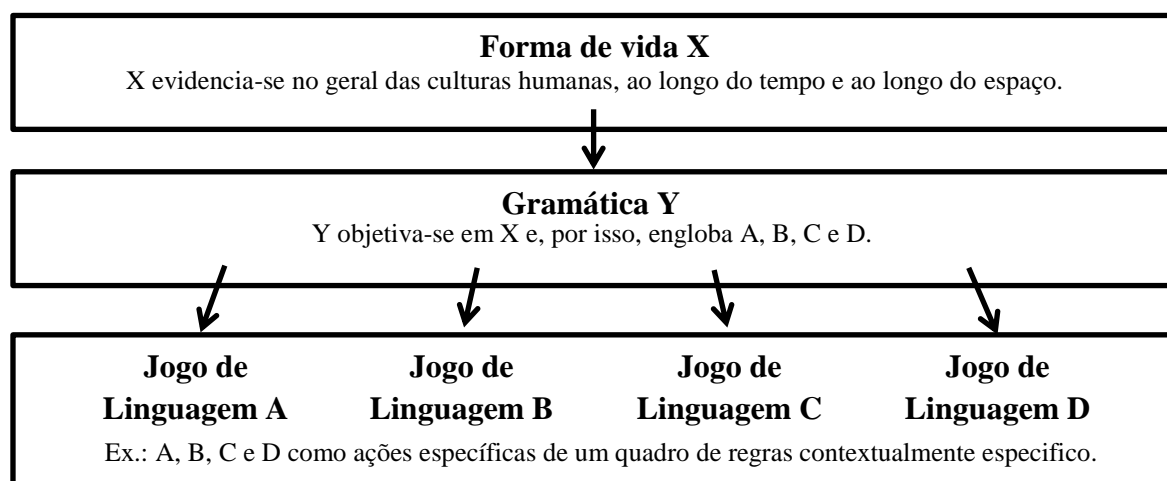
Segundo este filósofo, a lógica da linguagem não se encontra nas imagens que ela pode fornecer do mundo objetivo (*Tractatus*) mas antes nas ideias pré-concebidas que perpetuam na linguagem comum de todos os dias – *Philosophical Investigations* (*Idem.*): “Usar lógica, como usar linguagem, é idêntico a seguir as regras de um ‘jogo’”¹² (*Idem.*). Por outras palavras, a comunicação e a linguagem são, em si mesmos, ações sociais que obedecem a regras e a esses conjuntos de regras e padrões de ação Wittgenstein chama “gramáticas” (*Idem.*). Estas gramáticas consubstanciam-se, portanto, em aglomerados linguísticos de conceitos relacionados – sejam eles adjetivos, nomes ou verbos – que, em cada uma das suas unidades, engloba todo leque de movimentações possíveis a partir de qualquer posição naquele jogo (Fierke, 1996: 228).

Por sua vez, enquanto uma gramática engloba todos os jogos de linguagem relativos a uma unidade padronizada, é necessário encontrar lógica na limitação dessa

¹² Tradução livre da autora. No original, “Using logic, like using language, is analogous to following the rules of a ‘game’”.

unidade. Tal torna-se possível através da aferição da forma de vida subjacente a determinado jogo de linguagem (Fierke, 2002: 245). Uma “forma de vida” nasce da anuência de que existem padrões de comportamento que podem ser observados nos vários contextos humanos temporais e/ou espaciais (*Idem.*). Definir uma gramática dentro de uma forma de vida é a configuração que esta metodologia produziu para retirar à investigação quaisquer vestígios interpretativos e assim, conseguir um maior nível de objetividade (*Idem.*). Então:

ESQUEMA 1 – Os Jogos de Linguagem, as Gramáticas e as Formas de Vida



Esquema 1 - Os jogos de linguagem, as gramáticas e as formas de vida: relacionamento conceptual (pela autora com base nos contributos de Fierke e Wittgenstein).

Na prática, aquilo que distingue aqueles paradigmas positivistas destes baseados na segunda volta da revolução linguística é a capacidade de responder às questões introduzidas por certas investigações (Fierke, 2005: 16): se as correntes teóricas de base metodológica causal são exímias a responder a “porquês” – “porque é que X causou Y?”, “porque é que a Guerra do Golfo causou o 9/11?”; as correntes teóricas de base metodológica constitutiva são mais proficientes a responder a questões de “como” (*Idem.*) – “como, dado que existe X, é possível Y?”, “como, com a introdução do ciberespaço, se alterou o entendimento de soberania e segurança?”.

O objetivo é a mapear um processo de mudança através da descoberta das regras do jogo dentro do qual os movimentos são realizados e traçar o processo pelo qual determinado conflito se desenvolve.¹³ (Fierke, 1996: 472).

Assim sendo, a análise que daqui prossegue – fruto da aplicação destes preceitos à presente investigação – toma três momentos distintos e apresenta-se, também, em três partes distintas da estrutura desta análise. A primeira fase é iniciada imediatamente após a presente e, seguindo o raciocínio proposto por Fierke, situa os conceitos de soberania e segurança como gramáticas, procurando analisar a sua evolução através dos olhos das teorias vigentes ao longo daqueles períodos históricos e respetivos contextos. Na conclusão deste capítulo cumpre-se um duplo objetivo: conseguir a clarificação dos conceitos de soberania e segurança ao mesmo tempo que se percebe a forma de vida subjacente a estas duas gramáticas – a persistência do estatocentrismo ao longo da história suportado pelos mutantes jogos de linguagem nas gramáticas de segurança e de soberania, também conhecida como ordem internacional de Vestefália (Scherer e Palazzo, 2008: 249).

No momento seguinte, é apresentado o enquadramento teórico de Ulrich Beck, um sociólogo alemão que se dedicou ao estudo da sociedade moderna e dos seus inerentes, frenéticos e incontrolláveis processos de mutação. Esse capítulo tem a função de mostrar como o ciberespaço, enquanto risco – isto é, enquanto resultado dos processos de modernização da sociedade e propulsor da sua contínua mutação –, influi, potencialmente, no desenvolvimento da organização da sociedade como é agora conhecida, ou seja, como – em teoria e em potência – o ciberespaço atua na transformação/evolução dos conceitos de soberania e segurança. A análise deste quadro teórico é realizada com base nos mesmos pressupostos metodológicos supra apresentados.

O último capítulo pretende concretizar a mesma análise metodológica do segundo capítulo mas, desta feita, no mundo empírico apresentando-se, assim, sob a forma de um estudo da linguagem presente nos documentos oficiais dos EUA acerca da sua estratégia político-militar para o ciberespaço.

¹³ Tradução livre da autora. No original, “*The goal is to map a process of change by uncovering the rules of the game, within which moves are made and tracing the process by which a specific match unfolds*”.

1.3 SOBERANIA E SEGURANÇA EM DEFESA DO ESTATOCENTRISMO

Como referido, é função deste subcapítulo traçar o percurso histórico da constituição dos conceitos de soberania e segurança. Para concretizar essa análise é preciso, no entanto, recuperar uma das premissas da teoria crítica derrubada (segundo Price e Reus-Smit, 1998: 265) pelo fim da guerra fria: o entendimento de que a teoria dominante das RI num determinado contexto tempo-espacial reflete, efetivamente, a prática política desse contexto. Como afirma Der Derian acerca de Richard Devetak, este último autor demonstrou que o nexó entre a teoria e a prática em RI ultrapassa a simples relação da manipulação da teoria ou do privilégio dado à prática para mostrar que, de facto, existe uma ligação mutuamente constituída entre os dois (Der Derian, 1999: 77): “*teoria como prática*”¹⁴ (Devetak, 1999: 71).

Em boa verdade, muito deste argumento está fundado numa perspetiva mais construtivista da realidade; para este autor (apoiado em obras de Campbell, Nietzsche, Costas Constantitou e Weldes), não existe em “ser” atrás de um “atuar” mas, antes, uma entidade que se cria, recria e constitui pelo ato de agir (*Id.*: 68); o estado não possui outra entidade do que aquela resultante da junção das suas políticas internas, estratégias de segurança e defesa, protocolos internacionais, práticas diplomáticas, entre outros; isto é, do que aquela resultante da atuação do estado (*Id.*: 70). Assim, uma vez que “*as várias práticas da diplomacia são partes constitutivas do estado*”¹⁵ (*Idem.*) torna-se necessário perceber que a identidade do estado está assente numa “*constituição performativa*” (Campbell, 1998: 25).

Por outro lado, uma vez que a realidade é dependente dos entendimentos, explicações e interpretações sociais e que, por isso – como, de resto, já referido –, se consubstancia numa construção social, as teorias e as narrativas que narram objetos e eventos e constroem agendas temáticas estão inevitavelmente envolvidas no processo criar, recriar e incorporar o mundo real (Devetak, 1999: 71). Daqui resulta que, assumindo as perspetivas e as narrativas como constituintes da “realidade” e assumindo que as teorias são, necessariamente, uma perspetiva e/ou uma narrativa, a teoria apresenta-se sempre como uma prática política (Devetak, 1999: 71); a “*teoria internacional como*

¹⁴ Tradução livre da autora. No original, “*Theory-as-practice*”.

¹⁵ Tradução livre da autora. No original, “*the various practices of diplomacy are constitutive of states*”.

*necessariamente possibilitadora e complemento da política global*¹⁶ (Campbell e Schoolman, 2008: 276).

Por conseguinte, sendo constituintes do mundo real, as teorias e narrativas consubstanciam-se, nos termos de Fierke e Wittgenstein, em verdadeiras proposições lógicas encontradas na essência dos seus argumentos, isto é, na gramática da linguagem das construções teóricas e/ou narrativas (Fierke, 2002: 344). Nos argumentos teóricos das correntes dominantes das RI encontram-se regras e padrões que, partindo daqueles mesmo princípio da “teoria como prática”, podem ser entendidos como verdadeiras ações sociais que obedecem a regras; e a esses conjuntos de regras e padrões de ação Wittgenstein chama “gramáticas” (*Idem.*): “*explorar o discurso dominante da teoria de Relações Internacionais não é considerado um prelúdio de uma análise substantiva mas a verdadeira essência dessa análise*”¹⁷ (Price e Reus-Smit, 1998: 263).

Ora, apesar da disciplina de Relações Internacionais ser relativamente recente – remetendo as suas origens como campo de estudos independente ao período da primeira grande guerra (Hoffmann, 1977: 43; Hollis e Smith, 1991: 16) –, são conhecidas obras várias que, alargando-se num leque histórico até Tucídides e à sua “*História da Guerra do Peloponeso*” (431 a.C.) (Bagby, 1994: 131; Donnelly, 2004: 1), evidenciam uma preocupação (pelo menos por parte de alguns pensadores e filósofos) acerca dos assuntos internacionais e das relações entre entidades soberanas (Hoffmann, 1977: 41). São de referir neste campo Nicolau Maquiavel (“*O Príncipe*”, 1532), Thomas Hobbes (“*Leviatã*”, 1651), John Lock (“*Dois Tratados sobre o Governo*”, 1689), Jean-Jacques Rousseau (“*Do Contrato Social*”, 1762), entre outros (Hoffmann, 1977: 41).

Estas obras, além de mostrarem a evidente preocupação dos seus autores com as questões de filosofia social e política internacional, são também demonstradoras do contexto dominante das relações internacionais daquele período. É com base nisto e na proposição crítica de que as teorias/perspetivas dominantes refletem a prática internacional daquele contexto que, sob o quadro metodológico dos jogos de linguagem de Fierke se faz, neste fase, uma análise das gramáticas de soberania e segurança, estudando os jogos de

¹⁶ Tradução livre da autora. No original, “*Presenting international theory as the necessary enabler and supplement of global politics*”.

¹⁷ Tradução livre da autora. No original, “*exploring the dominant discourse of international relations theory is not considered a prelude to substantive analysis but the very essence of such analysis*”.

linguagem subjacentes e alcançando a relação entre os dois conceitos através da existência de uma forma de vida comum: o estatocentrismo.

Assim, o contexto em que aqueles filósofos políticos viveram e as obras que produziram parece ser bem explicado pelos trâmites do realismo clássico. Tucídides foi, de facto, aquele que primeiro evidenciou estas dinâmicas realistas no seu estudo da guerra do Peloponeso: a possibilidade de desvantagem de Esparta em relação ao crescimento do poder de Atenas levou os espartanos a atacar os helénicos. Esta ação-reação demonstra que, numa sociedade internacional anárquica – isto é, sem qualquer autoridade superior aos estados –, os estados só podem confiar nas suas capacidades e mecanismos para manter a luta pela sobrevivência (Lobo-Fernandes, 2008: 15). Estes mecanismos assentes em ações e reações para medição e ajustamento da segurança relativa de cada estado são conhecidos como equilíbrio do poder e, quando este processo entra numa espiral de crescimento excessivo e cria problemas inultrapassáveis, ocorre um “*rompimento da balança de poder*” (*Idem.*) levando a uma possibilidade máxima de efetivação da guerra (*Id.*: 27). Este fenómeno é conhecido como dilema de segurança (*Id.*: 15).

Em conformidade, o princípio ordenador de um sistema internacional realista parece obter-se num ténue equilíbrio do poder: segundo Kenneth Waltz, os estados podem situar-se num *continuum* quanto aos seus objetivos primários que se desloca desde um mínimo – procurar a sua própria preservação – até um máximo – procurar a dominação universal (Waltz 1979: 118). Nesse sentido, estes atores põem em prática ações de auto fortalecimento, conhecidas como *self-help* (ou auto-ajuda), que podem ser internas – incremento da capacidade económica, da força militar, desenvolvimento de estratégias avançadas – ou externas – fortalecimento das suas alianças ou enfraquecimento de alianças oponentes – para, assim, manter o equilíbrio das forças no sistema internacional (Waltz, 1979: 111, 118; Buzan e Hansen, 2009: 29).

Em boa verdade, o mecanismo do equilíbrio de poder representa, nos termos de Fierke, um jogo de linguagem cujo objetivo se foca na manutenção de um determinado *status quo*. Este jogo de linguagem é próprio da gramática de segurança e, no entanto, legitima-se na gramática da soberania evidenciando aqui uma forte correlação entre uma e outra, cujo objetivo é a sobrevivência do estado, ou seja, o estatocentrismo. Assim, estas

duas gramáticas garantem a instituição do estatocentrismo como uma forma de vida que, por sua vez, garante a vigência daqueles jogos de linguagem.

A primeira guerra mundial deixou um pesado legado: a primeira das lições era de que a guerra não fazia sentido e não podia ser usada pelo estado como um instrumento racional; depois, que aquele conflito aconteceu como resultado de processos internacionais que nenhum dos líderes podia ter controlado; em terceiro lugar, as causas do conflito assentaram em mal-entendidos entre governantes e em falta de responsabilidade democrática; e, por fim, as tensões que serviram de combustível ao conflito poderiam ter sido removidas se houvesse uma maior disseminação de soberania e democracia (Hollis e Smith, 1991: 18).

Em Janeiro de 1918, Woodrow Wilson, presidente dos EUA à altura, e grande propulsor da primeira tentativa de criação de um fórum internacional, falou ao Congresso num discurso que ficaria conhecido como os “*Catorze Pontos de Wilson*” onde apresentava um programa para “*a paz mundial*” (Wilson, 1918). De facto, Wilson será, talvez, o mais conhecido propulsor do idealismo e das práticas internacionais daquele contexto. Para ele, a memória da primeira guerra mundial devia servir para eliminar as causas da própria guerra, ou seja, eliminar o balanceamento do poder, o sistema de alianças e assegurar a autodeterminação e democracia aos povos do mundo (Barkin e Cronin, 1994: 120). Dos seus catorze pontos, os primeiros cinco são princípios gerais de diplomacia e, do sexto ao décimo terceiro, questões específicas de territorialidade marcadas pelo princípio de autodeterminação (*Idem.*). O décimo quarto ponto apelava à organização de liga de estados sob um mesmo pacto assente em “*garantias mútuas de independência política e integridade territorial*”¹⁸ (Wilson, 1918) e colmatou na criação da Liga das Nações.

Mas, como referem Barkin e Cronin, “*o princípio da soberania nacional era claramente o guia*”¹⁹ (1994: 122). No mesmo sentido, Hollis e Smith afirmam que, tendo nascido a disciplina de Relações Internacionais entre os EUA e o Reino Unido (RU), será sempre fruto de dois contextos nacionais onde imperava o objetivo de manter o *status quo* adquirido (1991: 18-19), razão pela qual o idealismo mantém – apesar de renegar a visão egoísta e negativista da natureza humana – os mesmos princípios do realismo clássico no

¹⁸ Tradução livre da autora. No original, “*mutual guarantees of political independence and territorial integrity*”.

¹⁹ Tradução livre da autora. No original, “*the principle of national sovereignty was clearly the guide*”.

que à manutenção do estatuto internacional diz respeito. Ou seja, o idealismo – através da defesa da autodeterminação dos povos – não só assegurou a continuidade da instituição soberana, como deu aso à dispersão dessa instituição a outras entidades que ainda não a conheciam, promovendo-a, assim, a instituição global (Meyer *et. al.*, 1997: 157); este novo jogo de linguagem da gramática de segurança assente na organização, diálogo e colaboração internacionais fomentava, apesar de tudo, uma gramática de soberania; garantindo, assim, a continuidade do estatocentrismo no sistema internacional.

Foi nesta década que se desenvolveu e concretizou a segunda grande guerra: por ordem de acontecimentos, Adolf Hitler tornou-se chanceler da Alemanha, foram criados os primeiros campos nazis de concentração e emitidas as Leis Antissemitas de Nuremberga. Simultaneamente, começou a guerra civil em Espanha (por muitos tida como a “antecâmara da segunda guerra mundial”) e o Japão invadiu a região da Manchúria, China. Pouco depois, a Alemanha de Hitler – na posse de um corpo de forças armadas bastante desenvolvido –, anexa a Áustria, desrespeitando os desígnios do Tratado de Paz de Paris e, a 3 de Setembro de 1939, no seguimento da ocupação da Polónia (dois dias antes), a França e o RU declararam guerra à Alemanha, provocando o consequente engajamento dos restantes intervenientes, levando o conflito para uma escala global.

Entre Hitler se ter tornado chanceler da Alemanha e a invasão da Polónia, passaram cerca de sete anos em que era visível à comunidade internacional, não só a exacerbação dos ódios antissemitas, como – e principalmente – o rearmamento alemão. Perante estes comportamentos, o idealismo não adotou nenhuma postura relevante (Hollis e Smith, 1991: 21). Edward Carr foi um dos principais críticos desta corrente teórica defendendo que, em vez de um comprometimento normativo, era necessária uma verdadeira análise dos acontecimentos e, para isso, é necessária uma visão realista (*Idem.*): o realismo “*coloca ênfase na aceitação dos factos e na análise das suas causas e consequências*”²⁰ (Carr, 1946: 10).

Hans Morgenthau, pegando na corrente realista, reduziu-a a seis princípios basilares onde destacava a racionalidade, o interesse nacional e o poder, a primazia das considerações políticas e a sobrevivência do estado (Hollis e Smith, 1991: 22-27). No

²⁰ Tradução livre da autora. No original, “*it places its emphasis on the acceptance of facts and on the analysis of their causes and consequences*”.

fundo, as práticas do realismo clássico continuaram aqui na mesma forma do equilíbrio de poder e do interesse nacional (*Id.*: 22) e ganharam um grande ímpeto na política externa dos EUA nas décadas de 40 e 50 – e depois durante o período de guerra-fria – graças à sua capacidade para centrar a atuação política no seio dos interesses estatais e, principalmente, pela sua capacidade justificativa do envolvimento e da posição que este estado ocupou nas relações internacionais (*Id.*: 27-28).

Os estudos de Morgenthau e de outros autores ligados a uma corrente mais tradicional do realismo, como Stanley Hoffmann e Robert Gilpin, foram integrados numa perspetiva realista mais recente e assente nos contributos académicos de Joseph Grieco (Baylis e Smith, 2001: 185). Na prática, estes estudos focam-se nos movimentos de cooperação internacional, defendendo que os estados cooperam por forma a aumentarem as suas capacidades e poder de influência (ganhos absolutos) mas que, também nesta equação, são ponderados os ganhos relativos por forma a perceber quanto é que a outra parte recebe destes movimentos cooperativos (*Id.*: 186). Esta vertente teórica ficou conhecida como realismo moderno ou neorealismo e dela fazem parte dois outros quadros teóricos com especializações distintas: o realismo estrutural e os estudos de segurança realistas (*Idem.*).

O realismo estrutural deriva dos trabalhos académicos de Waltz e diferencia-se do realismo dito clássico: pela importância dada à estrutura do sistema internacional (definido pelo princípio ordenador – anarquia – e pela distribuição de capacidades pelas suas unidades) na composição da política externa; pela definição do poder como sendo constituído tanto pela acumulação de recursos militares como pela habilidade de usar esse poder para coagir e controlar outros estados; e pelo entendimento de que a anarquia define o sistema internacional – e não, como no realismo clássico, a anarquia como uma condição desse sistema (*Id.*: 185-186).

Os estudos de segurança neorealistas constituem uma versão da corrente neorealista que se apresenta mais prescritiva do que as versões defendidas por Waltz e Grieco e, por isso, mais relevante em termos político-estratégicos (*Id.*: 187). O neorealismo ofensivo partilha muito do pessimismo do realismo clássico: a defesa do poder relativo do estado, o investimento em políticas de auto fortalecimento e enfraquecimento dos potenciais inimigos (*Idem.*). O neorealismo defensivo, no entanto, distancia-se daquele pessimismo realista: autores como Robert Jervis e Jack Snyder

percebem que a guerra, apesar de constituir um instrumento legítimo do estado, pode trazer mais custos que benefícios (*Idem.*).

Ainda assim, este neorrealismo defensivo é, não raras vezes, confundido com uma outra corrente que sofreu – à semelhança do neorrealismo – um certa evolução teórica por volta do mesmo período histórico: o neoliberalismo institucional. Tal acontece porque, apesar de o primeiro se declarar mais pessimista que o segundo e apesar de não acreditar que esse argumento seja condição central para evitar a guerra, o neorrealismo defensivo simpatiza com a ideia do neoliberalismo institucional de que a criação de instituições de segurança pode prevenir conflitos armados (*Idem.*).

O neoliberalismo (também à semelhança do neorrealismo) tem várias vertentes teóricas especializadas. No entanto, a versão neoliberal que mais se aproxima do neorrealismo defensivo como suprarreferido, é o neoliberalismo institucional que, emprestando o seu nome ao conjunto das teorias neoliberais, demonstra a importância teórica dos seus preceitos. Este neoliberalismo institucional desenvolveu-se a partir dos estudos de integração regional dos anos cinquenta e sessenta que defendiam que levar estados independentes e oferecer uma parte dos seus recursos e a sacrificar uma parte da sua soberania em prol de uma comunidade económica integrada pode potencialmente conduzir à paz e prosperidade (*Id.*: 189).

Com base nesses pressupostos, nos anos setenta, teóricos como Robert Keohane e Joseph Nye apresentaram a teoria da interdependência complexa onde demonstravam que no sistema internacional se encontravam também, além das estatais, entidades não estatais e que as entidades desse sistema se tinham tornado dependentes umas das outras; novos canais de comunicação e atividade internacional estavam abertos e reconhecidos; a agenda internacional estava agora diversificada com assuntos de *high politics* (como agendas políticas e de segurança internacional) e de *low politics* – assuntos económicos, socioculturais, entre outros (*Idem.*). Na prática, para os neoliberais institucionalistas, a anarquia não tem um papel tão preponderante e limitador na ação do estado como aquele que lhe é atribuído pelos neorrealistas e, por isso, graças a uma cooperação internacional que lhes aparece mais facilitada (Baldwin, 1993: 5), a guerra acaba por perder importância enquanto instrumento de política externa do estado em detrimento das instituições internacionais que agora medeiam a cooperação entre as unidades do sistema.

O neorrealismo e o neoliberalismo institucional [...] são teorias firmemente adotadas por acadêmicos das principais correntes teóricas e pelos atores chave na tomada de decisão de muitos países.²¹ (*Id.*, 196).

No entanto, este debate neo-neo (neorrealismo-neoliberalismo) – que se tornaria um dos mais importantes debates teóricos em RI (Powell, 1994: 313) – nunca foi uma disputa entre dois paradigmas (*Id.*: 190). Em boa verdade, entre as duas perspectivas, os pontos contenciosos parecem ser limitados: à natureza e as consequências da anarquia, embora ambas reconheçam a sua existência e a sua influência no estado (Baldwin, 1993: 5); à possibilidade de existir e de se praticar cooperação internacional, embora as duas perspectivas acreditem que esta é possível (*Idem.*); ao ênfase dado à importância relativa dos ganhos absolutos e ganhos relativos, embora tanto o neorrealismo como o neoliberalismo se mostrem defensores de ambos (*Idem.*); à importância das instituições e regimes internacionais, embora ambas as perspectivas reconheçam a sua existência e validade (*Id.*: 8); e à prioridade dos assuntos de *high* e *low politics* na agenda do interesse nacional, embora neorrealistas e neoliberais defendam a importância de ambos (*Id.*: 7). Mais importante que isto – e mais relevante nesta análise – é a constatação de que apesar de discordarem quanto à importância relativa das entidades não estatais, tanto o neorrealismo como o neoliberalismo institucional são fundamentalmente estatocêntricos (*Id.*: 9; Baylis e Smith, 2001: 189-190; Steans *et. al.*, 2010: 43).

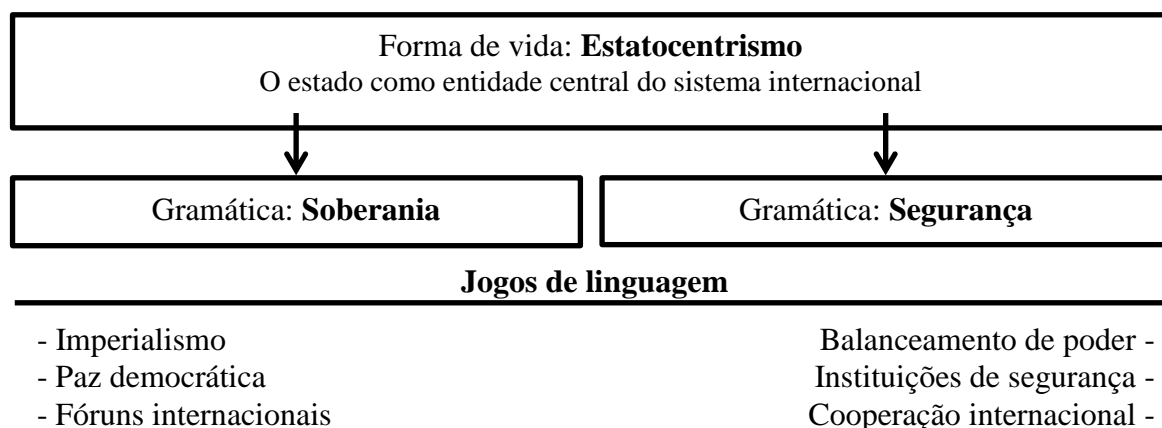
Na prática, o debate neo-neo partilha uma mesma epistemologia, foca-se em questões similares e concordam, até, num razoável número de premissas acerca das relações internacionais (Baylis e Smith, 2001: 193). A diferença fulcral entre uma e outra perspectivas parece recair, de facto, nos assuntos de interesse e foco de cada teoria – os neorrealistas tendem a estudar assuntos de segurança enquanto os neoliberais se inclinam mais sobre assuntos de política económica (*Idem.*; Baldwin, 1993: 7). E, ainda assim, apesar de o neoliberalismo institucional ter mostrado fortes argumentos contra os neorrealistas (Baldwin, 1993: 4), o

Neorrealismo, como teoria racionalista dominante, foi considerado hegemónico não apenas porque estruturou a teoria de Relações Internacionais mas porque também estruturou a prática das relações internacionais²² (Price e Reus-Smit, 1998: 263).

²¹ Tradução livre da autora. No original, “*Neo-realism and neo-liberal institutionalism [...] are theories firmly embraced by mainstream scholars and by key decision-makers in many countries*”.

Assim, no fim desta breve incursão sobre as correntes e modelos teóricos dominantes durante a história conhecida, é possível perceber que o estatocentrismo, apoiado nas gramáticas de soberania e segurança, é uma característica que se mantém nos vários períodos espaço-temporais. Quer se oscilasse para uma vertente mais realista, quer a tendência fosse mais idealista – coadjuvando isto ao facto de estas teorias primarem por estratégias de manutenção do *status quo* – até ao início da década de noventa não se havia equacionado com grande abertura a possibilidade de mutação nas práticas das relações internacionais. Na verdade, e resumindo, é possível perceber que, (pelo menos) desde que se conhecem as Relações Internacionais como disciplina, existe uma dinâmica entre aquelas gramáticas de soberania e segurança para a manutenção de um *status quo* que defende a centralidade do estado nas relações internacionais.

ESQUEMA 2 – As Correntes Teóricas Dominantes e o Estatocentrismo



Esquema 2 Os jogos de linguagem, as gramáticas e as formas de vida: aplicação ao estudo das correntes teóricas dominantes (pela autora, com base na metodologia de Fierke e no estudo das correntes e modelos teóricos dominantes).

Como é evidenciado, mesmo assente numa corrente teórica reivindicativa do princípio de mutabilidade nas relações internacionais, a metodologia não foi capaz de mostrar uma evidente alteração da estrutura que suporta a centralidade do estado no sistema internacional muito por conta de, de facto, as correntes teóricas dominantes serem,

²² Tradução livre da autora. No original, “*Neorealism, as the dominant rationalist theory, was thus considered hegemonic not only in the sense that it structured international relations, but also in the sense it structured the practice of international relations*”.

elas próprias advogadas da manutenção do *status quo*. Na verdade, tudo parece ser alterado em seu redor: os jogos de linguagem são alterados conforme os contextos temporais e espaciais, outras entidades existem no sistema internacional que não estados, o próprio número de estados é variável e, no entanto, a centralidade do estado – apoiada em gramáticas de soberania e segurança – é onnipresente.

Chegando ao fim deste primeiro capítulo conceptual, estão concluídas as necessárias considerações teóricas e metodológicas, assim como um breve estudo das práticas de soberania e segurança ao longo dos últimos séculos, através da análise da evolução teórica das Relações Internacionais. No entanto, surgiu um elemento nas duas últimas décadas absolutamente novo e sem qualquer paralelo histórico: o mundo virtual do ciberespaço.

No capítulo seguinte é estudado o quadro teórico da sociedade cosmopolita de Ulrich Beck que se dedica a perceber como é que as forças motrizes da modernidade atuam na transformação das estruturas da sociedade moderna. Nesse sentido, este capítulo demonstra que o ciberespaço se efetiva verdadeiramente como uma dessas forças transformativas (ou riscos) nos termos de Beck para argumentar que este novo elemento do mundo social pode reinventar os entendimentos de segurança e soberania e, assim, abrir as portas para uma reformulação da ordem internacional contemporânea.

CAPÍTULO II – O CIBERESPAÇO COMO ELEMENTO CRÍTICO

Nos anos 90, como consequência da percepção de que a informação pode ser uma “arma”, efetivou-se uma extensa discussão do impacto das tecnologias de informação e, em geral do ciberespaço, nas práticas da guerra (Betz e Stevens, 2013: 150). No entanto, os autores discordavam na forma como o conceito devia ser interpretado e/ou operacionalizado pelo facto de a demarcação entre o espaço virtual e o espaço real parecer demasiado ambígua: por um lado, é evidente que o ciberespaço não é um espaço físico no acesso tradicional do termo e, no entanto, possui atributos físicos (*Idem.*), geográficos até, e que – mesmo esses – têm uma natureza mutável (*Id.:* 152). A própria essência do espaço – isto é, a sua constituição, o *software* de que é composta – pode ser alterada e as regras de atuação dentro daquele espaço podem variar. Em suma, o ciberespaço é um espaço produzido pelo homem e, por isso, é portador de características e propriedades invulgares (*Id.:* 151-152).

O capítulo que se segue dedica-se precisamente ao estudo do ciberespaço, das suas características e da sua potencialidade descaracterizadora do mundo em que se insere. Esta análise é conseguida através do modelo teórico do sociólogo Ulrich Beck baseado numa visão construtivista crítica da sociedade e nos seus esforços de desenvolvimentos em direção à “modernidade”. Segundo o autor, estes avanços tecnológicos na busca de um maior bem-estar social, provocam efeitos colaterais potencialmente perigosos para a própria sociedade (riscos) pelo que, quando a sociedade se consciencializa destas reações e se torna reflexiva acerca delas, torna-se uma sociedade de risco.

O objetivo da explanação do modelo teórico de Beck é, através da sua coadjuvação ao ciberespaço, perceber como é que o mundo virtual, com todas as suas características e amplitudes, pode ser entendido como um fenómeno por excelência da modernidade tardia, associada à sociedade de risco tal como definida por este sociólogo. Através deste processo é possível depois observar, não só a personalidade assumida por um risco virtual – isto é, como é que o ciberespaço pode influir na sociedade – mas, e principalmente, como é que uma sociedade reflexiva da sua condição (uma sociedade de risco) reage perante essa situação. É neste processo de ação e reação entre o agente (ciberespaço) e a estrutura (sociedade) que as regras do jogo podem alterar-se, ocorrendo, assim, mutações que evidenciam a mútua adaptação entre duas entidades anteriormente independentes.

Estruturalmente, este capítulo inicia-se pela exposição dos pressupostos teóricos do modelo de Beck aos quais são coadjuvados, numa segunda fase as características do ciberespaço por forma a, assim, inferir este espaço como fruto dos avanços tecnológicos da sociedade e, por isso, um “risco”. O objetivo desta análise é conseguir explicar os potenciais efeitos e influências que em espaço social virtual pode induzir na sociedade humana e, especificamente, nas relações internacionais.

2.1 BECK E A SOCIEDADE DE RISCO

Ulrich Beck, sociólogo alemão, apresentou no final da década de oitenta um esquema teórico que lhe permitiria transcender os debates que opunham o modernismo ao pós-modernismo (Beck, 1992: 6) – ou seja, que opunham o positivismo e o fundacionalismo às correntes críticas antipositivista e antifundacionalistas. Segundo o autor, a discussão dos princípios e das instituições pelos quais a sociedade é regida não é atual uma vez que esta sociedade atravessou já um processo de modernização que a transportou para uma modernidade tardia (Beck, Giddens e Lash, 1995: 12). Beck entende que se está agora perante uma “Sociedade de Risco”. No entanto, para entender este conceito e todo o quadro teórico que o autor lhe construiu é necessário compreender duas teses essenciais que aparecem interrelacionadas no seu trabalho: o Risco e a Modernidade Reflexiva (Beck, 1992: 3).

Para Beck, os riscos são “*as probabilidades de dano físico devido a certos processos tecnológicos ou outros*”²³ (Beck, 1992: 4). De facto, esta parece ser uma definição muito específica de risco mas serve exatamente o propósito do autor. Começando de um ponto de vista macro, o risco representa duas facetas de um mesmo objeto – o acaso e o perigo (Beck, 2009: 4): segundo Beck, quando a sociedade se moderniza e se liberta do poder superior da força da natureza, quando deixa de parte as profecias da religião e os desígnios da tradição e quando perde a fé nos poderes redentores das utopias, concede a si mesma o poder da escolha (*Idem.*), do pleno livre arbítrio e, em consequência, o “*horror da ambiguidade*” (*Id.*, 5). O risco é a resposta da sociedade a si mesma, é o cálculo dos efeitos das suas decisões, uma previsão com base em probabilidades; é um conjunto dos

²³ Tradução livre da autora. No original, “*the probabilities of physical harm due to given technological or other processes*”.

esquemas perceptivos e cognitivos que dirigem a atuação da sociedade perante o perigo da sua própria atuação (*Id.*, 4): “*uma forma sistemática de lidar com os perigos e inseguranças induzidos e introduzidos pela própria modernidade*”²⁴ (Beck, 1992: 21; destacado original). De acordo com Adam et. al.,

O discurso do risco começa onde a confiança na nossa segurança e a crença no progresso acabam. Deixa de se aplicar quando a potencial catástrofe realmente ocorre. O conceito de risco caracteriza, assim, um estado peculiar, intermédio entre segurança e destruição, onde a percepção de riscos que ameaçam determina o pensamento e a ação.²⁵ (2000: 213)

Este entendimento do que é o risco só faz sentido, enquanto teoria de risco, em Beck, quando conjugado com um outro conceito, o de modernização reflexiva (Beck, 1992: 21). Seguindo o seu raciocínio, a sociedade passa por estágios de evolução que nos levam de um determinado ponto A – que construiu e defendeu um determinado conjunto de princípios e instituições – a um ponto B que, por oposição ao anterior, defenderá um novo conjunto de princípios e instituições, normalmente, antagónicos aos seus precedentes. A este processo de evolução, Beck chama “modernização” (*Id.*: 10).

O processo de modernização que levou a sociedade do feudalismo à industrialização é tido como um processo de modernização simples. No entanto, e devido a algumas especificidades da sociedade industrial explanadas no decorrer deste texto, Beck percebe e propõe que o processo de modernização que transporta esta sociedade industrial para uma nova modernidade é fundamentalmente diferente do seu antecessor: o autor chama-lhe “modernização reflexiva” (Beck, 1992: 10).

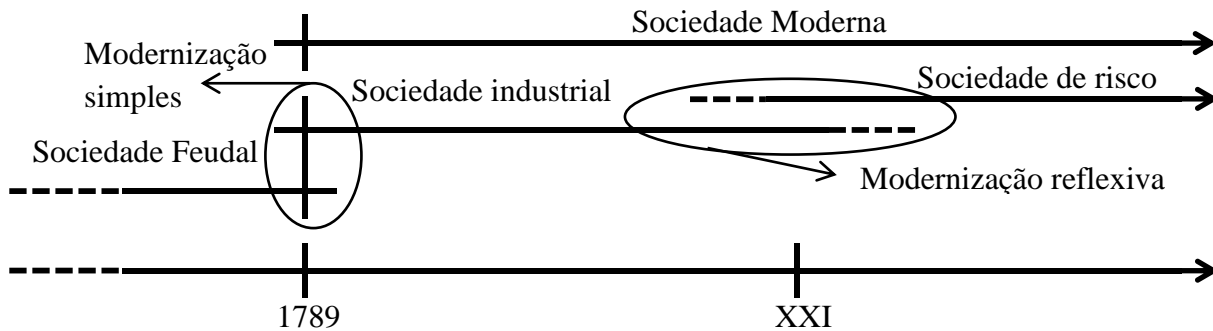
A distinção entre um processo de modernização simples e um processo de modernização reflexiva parece estar intrinsecamente ligada ao objeto da modernização, isto é, àquilo que é transformado ou substituído por esse processo (Adam *et al.*, 2000: 43; Beck, 1992: 11). Assim, enquanto na modernização simples, o processo destrói uma estrutura tradicional e produz uma nova modernidade; na modernização reflexiva, o processo não destrói uma tradição, mas antes, constrói uma nova modernidade em cima de

²⁴ Tradução livre da autora. No original, “*a systematic way of dealing with hazards and insecurities induced and introduced by modernization itself*”.

²⁵ Tradução livre da autora. No original, “*The discourse of risk begins where trust in our security and belief in progress end. It ceases to apply when the potential catastrophe actually occurs. The concept of risk thus characterizes a peculiar, intermediate state between security and destruction, where the perception of threatening risks determines thought and action*”.

um processo de “auto confrontação” com a sua própria modernidade (*Idem.*; Beck, 1992: 10; Beck *et al.*, 1995: 16).

ESQUEMA 3 – Processos de Modernização



Esquema 3 Processo de modernização da sociedade: exemplificação (pela autora, com base nos contributos de Beck).

Como suprarreferido, Ulrich Beck percebe que a Sociedade Industrial – a qual é comumente entendida como a atual predominante – é percebida de uma forma fundamentalmente diferente das suas antecessoras. Existe aqui um consenso quase generalizado na teoria social de que esta representa o *fim da história* (*Idem.*). A Sociedade Industrial foi construída sob a certeza de que esta seria o maior alcance social da Humanidade e que os seus princípios não poderiam nunca ser revogados pelo facto de serem universais e fundamentais (*Idem.*). E é com base nestas qualidades que Beck percebe (e talvez justifique) a existência de um processo de modernização diferenciado – a modernização reflexiva.

Este processo diferenciado produz alterações na sociedade moderna de duas formas essencialmente diferentes (Beck, 1992: 11). Por um lado, a reflexividade deste processo de modernização não se evidencia numa reflexão das estruturas, mas antes numa “autoconfrontação” dos valores da sociedade moderna (Beck *et al.*, 2000: 16) o que possibilita que a mudança na sociedade não aconteça por forma de revoluções ou de mudanças drásticas, como previsto pelas teorias sociais (Beck, 1992: 11) mas, em vez disso, o desaparecimento da sociedade industrial para dar lugar a uma nova modernidade acabará por acontecer de uma forma quase sublimar, quase “normal”, visível apenas nos efeitos colaterais (*Idem.*). Por outro lado, essa nova modernidade trazida pela

modernização reflexiva consegue ultrapassar as barreiras da sociedade industrial e incorporar no seu processo princípios contra-modernistas como os novos movimentos sociais e o criticismo à ciência, tecnologia e progresso (*Idem.*).

De facto, estes movimentos críticos do progresso, ciência e tecnologia parecem ser o impulso e o resultado da evolução da sociedade industrial em sociedade de risco. Segundo Beck, a Sociedade Industrial ficou marcada por valores de criação de riqueza mas “[n]a modernidade avançada a produção social de riqueza é sistematicamente acompanhada pela produção social de risco”²⁶ (Beck, 1992: 19, destacado original). É perante a compreensão de que a criação de riqueza está inevitavelmente associada a uma fonte de perigosos efeitos colaterais (*Id.*: 20) que a modernização começa a preocupar-se com a sua própria atuação. Os debates debruçam-se, agora, sobre os efeitos colaterais do desenvolvimento da sociedade no bem-estar dessa mesma sociedade (*Id.*: 19) de tal forma que os debates mudam o seu foco de atenção na “distribuição de riqueza” para a “distribuição de risco” (*Id.*: 20). Juntamente com a crescente capacidade das opções técnicas cresce a incapacidade para calcular das suas consequências: “colocado de uma forma diferente, na sociedade de risco as consequências desconhecidas e involuntárias tornam-se a força dominante na história e na sociedade”²⁷ (*Id.*: 22; destacado original).

Dentro do processo de modernização reflexiva, Beck distingue duas fases que marcam os momentos anteriores da passagem da sociedade industrial para a sociedade de risco (Beck *et al.*, 1995: 15): numa primeira fase, o risco continua a ser produzido em consequência da produção de riqueza; não existe uma tomada de consciência pública e/ou política acerca dessa situação e a sociedade industrial legitima esta produção do risco conceptualizando-a como “risco residual” – “a sociedade de risco residual” (*Idem.*).

Uma segunda fase – a dos “efeitos colaterais latentes” – acontece, de facto, quando existe uma tomada de consciência social da produção de risco, de tal forma que debates públicos e privados começam a ser dominadas pelas problemáticas lançadas pelo risco (*Idem.*). Embora a sociedade industrial continue a atuar segundo os seus padrões,

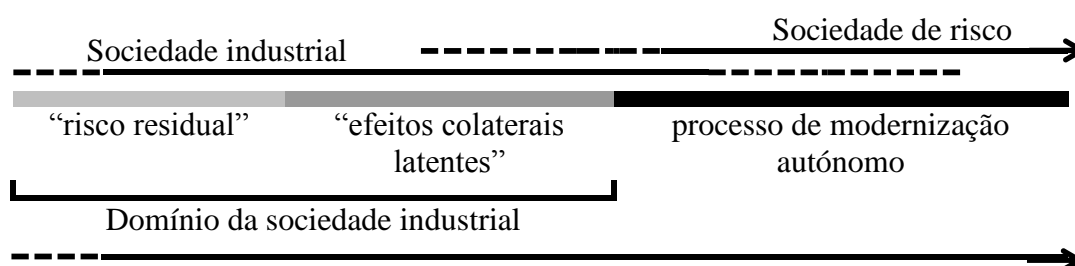
²⁶ Tradução livre da autora. No original, “*In advanced modernity the social production of wealth is systematically accompanied by the social production of risks*”.

²⁷ Tradução livre da autora. No original, “*Along with the growing capacity of technical options [Zweckrationalität] grows the incalculability of their consequences.(...) To put it differently, in the risk society the unknown and unintended consequences come to be a dominant force in history and society.*”.

dado que a produção de risco é legitimada pelas suas instituições, “*alguns aspetos da sociedade industrial tornam-se social e politicamente problemáticos*” (Id.: 16). E é a partir daqui que, de facto, começam a surgir as primeiras dinâmicas da sociedade de risco: quando “as organizações de interesse” minam os debates e conflitos com as preocupações lançadas pelo risco (Idem.).

Desta forma, a transição final para um período de sociedade de risco é quase impercetível: as dinâmicas criadas pelos movimentos de modernização são autónomas – não possuem características reflexivas como a sociedade – e, por isso, uma vez iniciado, não é possível parar ou abrandar esta sequência quase mecânica onde, latente e cumulativamente, os processos de modernização continuam a produzir ameaças e a questionar a existência da sociedade industrial até destruir, definitivamente, as suas bases (Idem.).

ESQUEMA 4 – Modernização Reflexiva (detalhe)



Esquema 4 A modernização reflexiva em detalhe (pela autora, com base nos contributos de Beck).

Esta Sociedade de Risco, segundo Beck, é, em última instância, a utopia de uma modernidade responsável e da possibilidade de a modernidade se poder reinventar com base numa confrontação constante consigo mesma, proporcionada pelo cálculo e/ou cognição constantes do risco (Adam *et al.*, 2000: 222). No entanto, esta sociedade não é isenta de perigos – e Beck reconhece-o. Uma das particularidades desta modernização é o facto de tomar a característica de “*irresponsabilidade organizada*”, isto é, a sociedade de risco não poderá deixar de produzir risco, uma vez que não poderá deixar de produzir riqueza. A diferença que esta apresenta perante a sua antecessora é a existência de uma

consciência do risco que a torna proficiente na regulamentação das áreas que o risco considera estarem em perigo (*Idem.*).

À semelhança das “relações de produção” de Marx, Beck apresenta o que entende por “relações de definição”. Isto é, acolhendo a ideia de que esta nova modernidade está orientada para a produção do risco (Beck, 1992: 12), torna-se vital perceber quem ou que organizações/instituições estão vocacionadas ou certificadas para construir as constelações de risco (Adam *et al.*, 2000: 224-225). Mas Beck admite aqui ainda não ter conseguido produzir um trabalho sólido na discussão de quem ou do que são compostos os sujeitos da política do risco, embora confie que são os próprios perigos quem desempenha este papel (*Id.*: 225): segundo o autor, o risco – sendo socialmente produzido e construído – torna-se um elemento portador de um grande poder de influência mas com fraca capacidade de controlo pelo que, em última instância, pode destabilizar e deslegitimar entidades estatais (*Idem.*).

A próxima secção deste capítulo encarrega-se de estudar o ciberespaço para perceber as suas características e funcionamento. O objetivo é perceber, através da sua caracterização, como é que este novo espaço é passível de, dentro dos ditames teóricos de Beck, se enquadrar numa lógica de sociedade de risco. Esta abordagem será explanada no subcapítulo posterior.

2.2 CIBERESPAÇO: ENTRE O REAL E O VIRTUAL

No seu sentido mais restrito, o ciberespaço consubstancia-se num intrincado e vastíssimo campo de intercâmbios eletrónicos que alberga uma fusão de todas as redes de comunicação, bases de dados e fontes de informação (Burgess, 2010: 154), “*presente em todo e qualquer espaço onde se possam encontrar fios de telefone, cabos coaxiais, linhas de fibra-ótica ou ondas eletromagnéticas*”²⁸ (Dyson *et. al.*, 1994).

O ciberespaço aparece, então, como um território híbrido composto por uma realidade virtual e, simultaneamente, por uma existência física (*Idem.*; Burgess, 2010:

²⁸ Tradução livre da autora. No original, “*More ecosystem than machine, cyberspace is a bioelectronic environment that is literally universal: It exists everywhere there are telephone wires, coaxial cables, fiber-optic lines or electromagnetic waves*”.

155); ou, como Suteanu lhe chama, por uma “*geografia real*” e uma “*geografia virtual*” (Suteanu, 2005: 130). Apesar das soberanias físicas o reclamarem terreno e, por isso, influírem sobre ele, e das soberanias virtuais exercerem real poder sobre os seus usuários físicos, o vínculo do ciberespaço ao mundo real não poderá ser quebrado porque, fundamentalmente, os frequentadores desse espaço são identidades reais e situadas no mundo real (Cohen, 2007: 217-218). Por esse motivo, o ciberespaço não pode ser só caracterizado através infraestruturas físicas, é necessário atribuir-lhe, também a experiência social (Betz e Stevens, 2013: 150), combinando, assim, num mesmo tecido dimensional – também chamado de ecossistema da internet – os agentes humanos que aí comunicam entre si ao nível semântico e as infraestruturas que possibilitam essa comunicação (*Id.*: 156): “*as redes de computadores são mais do que apenas máquinas: são pessoas também*”²⁹ (*Idem.*).

Nos anos 90, com o intuito de melhor responder às exigências da sociedade industrial e à revolução informacional, largos e importantes sectores da sociedade foram deslocados para alojamentos digitais pela mão tanto de entidades públicas como privadas (Burguess, 2010: 157). Estes alojamentos digitais, ou “armazéns de dados” (Dyson *et. al.*, 1994) constituem a dita “geografia real” (Burguess, 2010: 155) e, em conjunto com a informação que albergam e suportam, representam uma infraestrutura crítica de informação – ICI (*Id.*: 157).

Por outro lado, o ciberespaço não é uma invenção da mais recente tecnologia “de ponta”. Em boa verdade, as comunicações telefónicas tornaram-se “vulgares” no fim do séc. XIX, princípios do séc. XX. Segundo Warner, o ciberespaço – enquanto problemática das RI – precisou de cerca de cinco décadas para se desenvolver: nos anos sessenta já formava consenso geral a necessidade de proteger os computadores e as informações que estes guardavam; na década seguinte percebeu-se que estas máquinas podiam ser atacadas e a informação que protegiam roubada; durante os anos 80 e 90, aconteceu uma consciencialização no sector militar de que era possível atacar outros arsenais através de computadores; e, finalmente, na última década do século percebeu-se que metade do mundo podia atacar a outra metade (e vice-versa) através de ofensivas virtuais (Warner, 2012: 782). O ciberespaço entrou, assim, nas RI como uma nova arma no sistema

²⁹Tradução livre da autora. No original, “computer networks are more than just machines: they are people too”.

internacional que agora assentava, não na destruição de vidas humanas mas, antes, no jogo das informações estratégicas (Betz e Stevens, 2013: 150).

Foi também nesta década que surgiu através de cientistas informáticos, pela primeira vez, o termo cibersegurança que, naquele estágio, apenas se referia a uma série de inseguranças relacionadas com redes de trabalho informáticas (Hansen e Nissenbaum, 2009: 1155). No entanto, sendo o ciberespaço – como já referido – um objeto muito pouco tradicional, um espaço criado e desenvolvido pelo Homem, uma entidade mutável, um ecossistema dividido entre um mundo real e virtual e espelhado em todos os níveis da sociedade, é necessário que no desenho de uma estrutura de segurança para este espaço estejam incluídas tanto as componentes técnicas como os aspetos humanos (*Id.*: 1160). Existe, por isso, uma diferença fulcral entre a segurança informática (uma questão técnica) e a cibersegurança onde, além das técnicas e engenharias associadas, estão coadjuvados também assuntos de segurança nacional e internacional (*Idem.*).

Para melhor entender como é que o ciberespaço e a cibersegurança podem influir na sociedade, é necessário expô-los à luz de um modelo teórico. Apesar de, nesta secção, se utilizar – ainda que brevemente – uma metodologia mais aproximada ao positivismo, a intenção não é verdadeiramente produzir uma conclusão e, sim, produzir um meio para atingir essa conclusão; na verdade, a própria escolha do modelo teórico de Beck não é, em si mesma, um acaso. O modelo teórico de Beck, ao examinar a influência das forças de modernização – isto é, dos riscos – constrói uma visão da potencialidade transformadora desses agentes na ordem internacional. Esta visão revela-se fulcral neste projeto porque demonstra um exponencial poder transformativo contra o qual as ilações retiradas da posterior análise das estratégias para o ciberespaço (capítulo III) serão apostas e comparadas. O objetivo deste quadro metodológico é perceber até que ponto é que as atuais estratégias evoluíram na direção da sociedade cosmopolita que Beck afirma que irá resultar das forças modernizadoras do risco ou se, pelo contrário, ainda se encontra muito próxima dos preceitos estatocêntricos discutidos no capítulo I.

2.3 CIBERESPAÇO COMO RISCO: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Ora, perceber o ciberespaço como um risco é condição *sine qua non* para perceber – nos termos de Beck – as suas potencialidades de influência na sociedade. Segundo o autor, o momento que marca a passagem para uma sociedade de risco ocorre precisamente quando os sistemas de segurança estatais pré-existentes baseados em mecanismos de cálculo de risco são ultrapassados ou, até, cancelados pelos riscos que aquela sociedade consciente continua a produzir (Beck, 2000: 76). De forma mais prática, as diferenças fundamentais entre estes novos riscos e aqueles característicos da sociedade industrial são (a) a incapacidade de os limitar em termos de espaço ou tempo, (b) a inaptidão para apurar encargos através de regras de causalidade, culpa e/ou responsabilidade e, por fim, (c) a impossibilidade de “compensar por” ou “garantir contra” (*Id.*: 77). No fundo, estas três características resultam numa só premissa: “a ausência de uma cobertura privada de seguros”³⁰ (*Idem.*, destacado original).

Alguns autores da especialidade afirmam que os seguros privados precisam de uma nova abordagem ou redefinição para que possam cobrir o ciberespaço. Yost *et. al.* afirma que – no que ao dano de propriedade diz respeito – a política de Responsabilidade Civil Geral³¹ (RCG) refere-se, especificamente, a danos “tangíveis” pelo que se torna difícil argumentar que dados e informação são propriedade tangível à luz de uma apólice de seguro e, por tal, é necessário redefinir definições para que possam agora abarcar as necessidades dos avanços tecnológicos (Yost *et.al.*, 2001: 2056-2057).

No entanto, outros vão mais longe: segundo Moore *et. al.*, o ciberespaço é, em iguais proporções, um albergue de uma grande e crescente quantidade de riqueza e um paraíso para aqueles que procuram, ilegalmente, alcançar esses dividendos (2010: 230). As propriedades deste espaço permitem que (através de *Internet Protocols* (IPs), protocolos de internet) estes indivíduos circulem em anonimato, o que, coadjuvado pelo facto de a internet possuir uma conectividade global, dificulta ainda mais a ação das forças de autoridade na persecução da origem destes ataques. Por outro lado, a resiliência parece constituir, aqui, uma característica transcendente ao próprio ciber-conflito: se as forças de autoridade desenvolvem mais e melhores meios para defender o ciberespaço destes

³⁰ Tradução livre da autora. No original, “*the absence of private insurance cover*”.

³¹ Tradução livre da autora. No original, “*Commercial General Liability*”.

ataques, os indivíduos que os cometem conseguem adaptar-se continuamente, desenvolvendo sempre novas técnicas e estratégias melhoradas e mais avançadas que as anteriores (*Idem.*).

No mesmo sentido, admitindo que a segurança de um usuário do ciberespaço é definida tanto pelo nível de segurança do utilizador como pelo nível de segurança das redes de comunicação – sendo que este último nível não é definido por esse mesmo indivíduo – evidencia-se aqui uma externalidade que, na prática, se consubstancia numa assimetria informacional (*Id.*: 231). Os autores concluem que a existência destas assimetrias condiciona a existência de mercados de seguros privados para o ciberespaço (*Id.*: 230-231) e que, mesmo num modelo onde as assimetrias informacionais são omissas, as seguradoras do ciberespaço falham na tentativa de melhorar a segurança das redes (*Id.*: 231).

Estas conclusões subscrevem as características essenciais do risco: o ciberespaço é uma rede global que não pode ser limitada em termos de tempo ou espaço; existe uma inaptidão generalizada para apurar a origem de ataques executados dentro deste meio; e não existe um mercado de seguradoras que compense as perdas dentro do ciberespaço ou tornem o ciberespaço mais seguro. “*Nós não podemos evitá-los [os riscos] mais do que podemos impedir a tecnologia de seguir o seu curso*”³² (Coker, 2009: 70).

Beck destaca três transformações sistémicas na passagem da sociedade industrial para a sociedade de risco: (1) alteram-se as relações entre a sociedade industrial e os recursos naturais e culturais de que essa sociedade depende mas que continua a desgastar em virtude do aprofundamento da modernização; (2) são dissolvidas e/ou desacreditadas as estruturas produtoras de significados coletivos e/ou específicos de certos grupos (como a crença no progresso e a consciência de classes); e, por fim – aquela que se revela a alteração mais importante para a análise que aqui empreende –, (3) a mutação da relação entre a sociedade e o risco (Beck, 2006a: 74-75).

Ora, segundo o autor, os problemas e os perigos do Risco, ao romperem com as assunções básicas da ordem social anterior, excedem as bases das conceções sociais da segurança e, nesta afetação, o sector político e de tomada de decisão parece ser aquele que mais sofre com a passagem da sociedade industrial para a de risco (Lash *et. al.*, 1996: 32).

³² Tradução livre da autora. No original, “*We can no more avoid them than we can stop technology on its tracks*”.

Por forma a manter e, potencialmente, expandir o seu poder, o estado é obrigado a internalizar a tecnologia (*Id.*: 35) o que provoca mudanças significativas na própria arquitetura do interesse nacional. Este novo “estado tecnológico”³³ acaba por abandonar progressivamente os seus objetivos estatais normativos na exata medida em que aumentam os constrangimentos tecnológicos (*Idem.*), ou seja, na exata medida em que aumenta o risco.

O fortalecimento do poder tecnológico e a racionalização instrumental (isto é, a necessidade de produzir riscos calculáveis) desgastaram a essência de uma sociedade em modernização constante (*Idem.*). Tal consubstancia-se numa descaracterização do ambiente político e de tomada de decisão que se demarca, agora, por um incremento significativo de técnicos especialistas nestes cargos em detrimento da sua tradicional atribuição a figuras políticas. No mesmo sentido, é possível registar aqui uma acentuada descida dos indicadores democráticos: à medida que o risco tecnológico inunda a tomada de decisão e os cargos do setor político são atribuídos a *experts*, as decisões tomadas (ou seja, a produção de risco) deixam necessária e progressivamente de ser submetidas a escrutínio democrático (*Idem.*).

Aquilo que Beck defende é uma reforma institucional das “relações de definição” (*Idem.*): à semelhança das “relações de produção” de Marx, e acolhendo a ideia de que a nova modernidade está orientada para a produção do risco (Beck, 1992: 12), Beck expressa-se através de “relações de definição” para definir quem ou que organizações/instituições estão vocacionadas ou certificadas para construir as constelações de risco, isto é, para definir quem de direito para indicar objetos como risco (Adam et al., 2000: 224-225) – ou, em concordância com o processo de “securitização” da Escola de Copenhaga, para *risquificar* (Corry, 2012). Na prática, Beck defende esta reforma nas relações de definição como maneira de expandir e unificar a capacidade de definição do risco dentro e entre o estado, as corporações privadas e a ciência (Brown e Held, 2010: 219-220).

No mesmo sentido, mas agora em termos de soberania e segurança, Beck defende que o estado da sociedade de risco já não pode ser conceptualizado através de características de soberania e autonomia em igual medida – como o era na sociedade industrial (Beck, 2002: 48-49). Devido às dinâmicas da globalização, a segurança de um

³³ Tradução livre da autora. No original, “*Technological state*”.

estado já não pode ser assegurada apenas por esse mesmo estado; é necessário conceber a segurança nacional num enquadramento global de segurança. Ora, para manter a soberania (isto é – nos termos de Beck –, para manter a capacidade de influir um real impacto na cena internacional e de providenciar segurança e bem estar para a sua população), o estado da sociedade de risco precisa de abdicar de autonomia (*Idem.*), isto é, torna-se necessário que este estado partilhe a sua soberania para a reforçar.

Na prática, o que Beck defende é uma sociedade cosmopolita que ultrapasse o nacionalismo metodológico; isto é, é necessário retirar os “*estados e os seus governos*” do centro da análise das ciências sociais, uma vez que as fronteiras impostas pela definição do estado-nação (nesta metodologia, categoria fundamental da organização política) já não fazem sentido num mundo globalizado (*Id.*: 51-52); “*a governação acontece em espaços sem fronteiras*”³⁴ (*Id.*: 52). A radical configuração do risco revelou novas realidades; a passagem de uma para outra sociedade cria situações de necessidade que clamam por novas abordagens e novos mecanismos capazes de continuar a atribuir resiliência às comunidades humanas. Beck procura demonstrar que estas comunidades já não são necessariamente organizadas em fronteiras físicas, em estados. As novas tecnologias – neste caso, o ciberespaço – criou um novo mapa de espaço-tempo e, com ele, novas coordenadas para a vida política e social (*Idem.*).

Apesar de perceber que o estado-nação não vai deixar de existir (*Id.*: 51), Beck defende que, do ponto de vista do investigador, esse estado-nação já não pode constituir o princípio organizador da ação política e social (*Id.*: 52). Na prática, a soberania deixou de ser sinónimo de autonomia e a segurança deixou de ser exclusiva de um estado – ou, mesmo, do estado – para se tornar inclusiva, integrada numa rede securitária global que, por sua vez, está apoiada numa rede global de soberanias integradas. Perceber até que ponto o estado continua central na cena das relações internacionais torna-se difícil.

Em boa verdade, uma das características mais definidoras do estado – a territorialidade – parece ser completamente aglutinada pelas características da sociedade de risco (*Id.*: 43-44) e tal aparece bem representado nos argumentos do ciberespaço. Por outro lado, a população de determinado estado está agora exposta a múltiplas lealdades que não apenas à sua nacionalidade; além disso, as sociedades estão agora sujeitas a imensos fluxos

³⁴ Tradução livre da autora. No original, “*governing takes place in de-bounded spaces*”.

populacionais (e, conseqüentemente, fluxos de riscos) que perfuram continuamente as fronteiras físicas destas entidades políticas (*Id.*: 50). Acrescem a isto, ainda, as mutações conjunturais no poder político provocadas pelas exigências da sociedade de risco que diminuem o alcance do poder democrático, tanto nos escrutínios populares com nas próprias estruturas do poder (Lash *et. al.*, 1996: 32). Nas palavras de Beck, o estado tecnológico está a abandonar progressivamente os seus interesses nacionais, os seus objetivos normativos para responder às reivindicações da gestão do risco (*Idem.*).

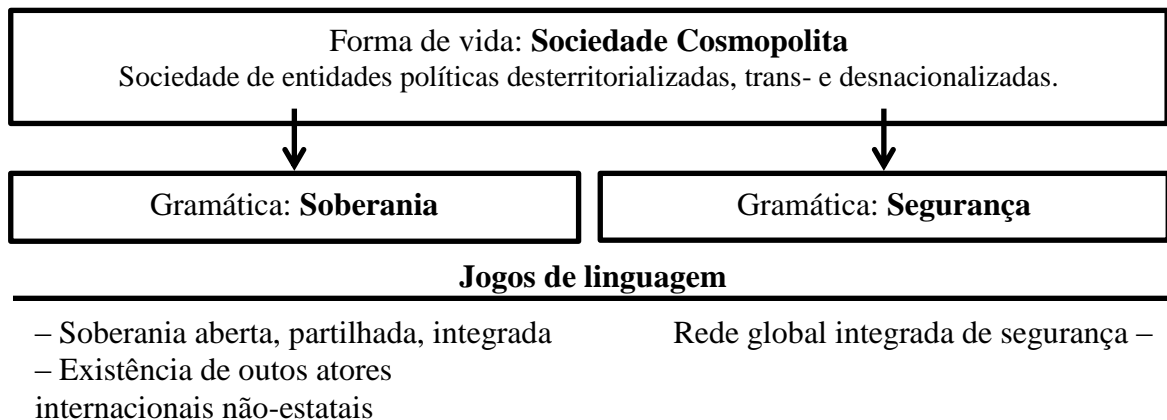
Ora, contrapondo este quadro teórico com o esquema dos jogos de linguagem conseguido pela metodologia de Fierke (Esquema 2), é possível perceber que existem mudanças significativas entre um e outro: os jogos de linguagem atribuídos às gramáticas de segurança e soberania baseiam-se, agora, em configurações de segurança global e de governação multinível, respetivamente; pelo que, essas gramáticas parecem já não suportar o estatocentrismo enquanto forma de vida, mas antes uma sociedade essencialmente cosmopolita. Segundo Beck, nesta sociedade cosmopolita

“não é possível distinguir claramente o nacional do internacional nem, correspondentemente, conseguir um contraste convincente entre unidades homogéneas. Os espaços nacionais tornaram-se desnacionalizados de tal forma que o nacional já não é nacional assim como o internacional já não é mais internacional”³⁵ (Beck, 2006b: 6)

Na prática, o risco (como o é o ciberespaço) pode dar início a um debate acerca da reformulação dos entendimentos de soberania e segurança e, conseqüentemente, possibilitar uma nova ordem internacional.

³⁵ No original, “it is neither possible to distinguish clearly between the national and the international, nor, correspondingly, to make a convincing contrast between homogeneous units. National spaces have become denationalized, so that the national is no longer national, just as the international is no longer international”.

ESQUEMA 5 – Os Jogos de Linguagem na Sociedade Cosmopolita



Esquema 5 Os jogos de linguagem, as gramáticas e a forma de vida no quadro teórico de Beck associado ao ciberespaço (pela autora como base em Beck e Fierke).

O quadro aqui conseguido, em concordância com o proposto anteriormente, tem o objetivo de se apresentar como um ponto de comparação teórico útil para perceber as potenciais implicações da introdução do ciberespaço nas relações internacionais. Na prática, o próximo capítulo procura, através da mesma metodologia de Fierke, estudar documentos estratégicos acerca de soberania e segurança dos EUA para inferir as mutações que o surgimento do ciberespaço provocou nestes princípios estruturantes. Com esta fase concluída, essas aferições são comparadas com o quadro teórico conseguido neste capítulo para perceber a profundidade da mutação no sistema internacional.

CAPÍTULO III – A MUTAÇÃO QUE NÃO ACONTECEU: OS EUA E A CIBERSEGURANÇA

A terceira e última secção desta dissertação tem o objetivo de, apoiada no primeiro capítulo teórico-metodológico e na exploração teórica de um ponto de comparação do segundo capítulo, responder concretamente à questão que tem guiado esta investigação: como é que o ciberespaço tem modificado o entendimento da soberania e da segurança.

Seguindo a mesma linha metodológica, a análise deste breve caso de estudo é conseguida através dos contributos – já apresentados – de Fierke, consubstanciados nos Jogos de Linguagem. No entanto, tendo a análise metodológica no primeiro capítulo recaído na exploração dos jogos de linguagem presentes nas correntes teóricas preponderantes das RI (com o intuito de inferir uma perspetiva histórica e suportar a tese de que o estatocentrismo tem sido uma característica permanente nas sociedades organizadas), e a análise do segundo capítulo ter-se debruçado num quadro teórico – de Beck – pré-existente (para, assim, inferir um ponto de comparação demonstrativo do exponencial revolucionário dos ciberespaço nos princípios estruturantes do sistema internacional – soberania e segurança); este terceiro capítulo foca a sua investigação numa forma de análise da linguagem mais ortodoxa e fiel aos princípios metodológicos de Fierke. Nesse sentido, a investigação nesta parte do projeto dedica-se ao estudo de textos acerca da estratégia para o ciberespaço, primando – uma vez que o objetivo é o estudo das mais importantes entidades do sistema internacional – pelo uso de fontes primárias e oficiais.

Para isso, e por razões de limitação dos recursos disponíveis – tanto no que ao material disponível à investigação diz respeito, como às características a que este projeto está obrigado –, apenas será aqui estudado o caso dos EUA, embora esta também não seja uma escolha aleatória. Além de uma prolífera produção de documentação oficial acerca da estratégia para o ciberespaço, os EUA têm procurado estar na vanguarda da criação e aplicação de políticas e estratégias para este novo campo de atuação; dados recentes demonstram que, em período de crise económica e de cortes orçamentais no setor da defesa, os EUA tem aumentado as suas contribuições para a cibersegurança do país. Provas disso são a proposta da Administração Obama de um orçamento de 13 mil milhões de dólares para a cibersegurança e o previsto aumento da despesa do Pentágono em gastos

com operações de cibersegurança em cerca de 20%, declarando, assim, um valor que ronda os 4,7 mil milhões de dólares (Strohm e Shields, 2013).

De facto, e explorando a posição cimeira dos EUA na vanguarda da investigação e desenvolvimento político e securitário do ciberespaço, é necessário perceber que a súbita atenção deste ator (e do resto do sistema internacional) para o mundo virtual foi, em grande parte, provocada – como, de resto, o grande movimento de debate e reformulação das políticas e estratégias securitárias nacionais e internacionais um pouco por todo o mundo – pelos ataques de 11 de Setembro em 2001 (Casa Branca, 2003: 5). Com base nisso, em Fevereiro de 2003, os Estados Unidos lançaram “*A Estratégia Nacional para Defender o Ciberespaço*”³⁶ que viria impulsionar as entidades americanas (do sector público e do sector privado, dos cidadãos comuns às grandes empresas) para, em conjunto e de uma forma coordenada e multifacetada, tornarem o ciberespaço mais seguro (Departamento de Segurança Nacional dos EUA, 2003).

Em 2008, através da Diretiva Presidencial de Segurança Nacional 54/ Diretiva Presidencial de Segurança Interna 23³⁷ (documentação classificada), o Presidente George W. Bush lançou a Iniciativa de Cibersegurança Nacional Integrada (ICNI)³⁸ que viria a tornar-se a base de ação para o seu sucessor, Presidente Barack Obama (Casa Branca, 2009a: 1). Este documento consiste num número de iniciativas mutuamente reforçadas com o objetivo de (1) estabelecer uma primeira linha de defesa contra ameaças imediatas e atuais, (2) fortalecer as capacidades da contrainteligência dos EUA para construir uma defesa contra todas as ameaças do ciberespaço, e (3) assegurar um ambiente virtual próspero e pacífico pelo fortalecimento da cibersegurança (*Id.*: 1-2).

Com a tomada de posse da Administração Obama, o ciberespaço passou definitivamente para o topo da agenda política e de segurança dos EUA (Obama, in Rollins e Henning, 2009: 1), um movimento bem exemplificado pela iniciativa do mais recente Presidente ao promover uma revisão dos assuntos de cibersegurança com a duração de 60 dias entre as várias agências do governo federal (Rollins e Henning, 2009: 1) com o objetivo de perceber qual a real preparação dos EUA para o ciberespaço em termos de

³⁶ Tradução livre da autora. No original, “*The National Strategy to Secure Cyberspace*”.

³⁷ Tradução livre da autora. No original, “*National Security Presidential Directive 54/Homeland Security Presidential Directive 23 (NSPD-54/ HSPD-23)*”.

³⁸ Tradução livre da autora. No original, “*Comprehensive National Cybersecurity Initiative*”.

estruturas, políticas e estratégias existentes. No fundo, esta “*Revisão das Políticas para o Ciberespaço: Assegurar uma Estrutura de Informação e Comunicação Confiável e Resiliente*”³⁹ – ou “*Revisão*” (Casa Branca, 2009b) – consubstanciou-se na necessária evolução da anterior Iniciativa da Cibersegurança Nacional Integrada de Bush pelo facto de, na prática, este novo documento subscrever os elementos chave do ICNI e integrá-los numa estratégia alargada e atualizada para a cibersegurança nacional dos EUA (Casa Branca, 2009a).

Com base na *Revisão* de Obama seriam produzidos outros dois documentos de natureza mais específica: “*Estratégia Internacional para o Ciberespaço: Prosperidade, Segurança e Abertura num Mundo Interligado*”⁴⁰ – ou “*Estratégia Internacional*” (Casa Branca, 2011a) onde os EUA procuram demonstrar as linhas diretrizes da sua estratégia para o ciberespaço no plano da agenda política internacional (Casa Branca, 2011b); e “*Estratégia para Operar no Ciberespaço*”⁴¹ – ou “*Estratégia*” (Departamento de Defesa dos EUA, 2011) onde se apresentam os planos de ação para, militarmente, combater as vulnerabilidades securitárias atribuídas aos Estados Unidos no ciberespaço (*Idem.*). Estes três documentos – “*Revisão das Políticas para o Ciberespaço*”, “*Estratégia Internacional para o Ciberespaço*” e “*Estratégia para Operar no Ciberespaço*” – constituem a base na análise dentro do quadro metodológico dos jogos de linguagem que se apresenta no presente capítulo.

Assim, e iniciando esta análise do geral para o particular, é primeiro estudada a *Revisão* e, através dela, também o contexto social e político envolvente à sua produção para, depois, se chegar às questões concretas do tratamento da soberania e segurança através do estudo das duas *Estratégias*. O objetivo é produzir, nos termos da continuidade do quadro metodológico comum às três partes deste estudo, um esquema demonstrador dos jogos de linguagem utilizados pelos EUA para lidar com o ciberespaço, nomeadamente, no que à soberania e segurança diz respeito. Este primeiro subcapítulo cumpre, assim, uma função meramente relectora, procurando extrair a informação necessária destes documentos acerca dos jogos de linguagem aí presentes. O subcapítulo seguinte apresenta-

³⁹ Tradução livre da autora. No original, “*Cyberspace Policy Review: Assuring a Trusted and Resilient Information and Communications Infrastructure*”.

⁴⁰ Tradução livre da autora. No original, “*International Strategy for Cyberspace: Prosperity, Security, and Openness in a Networked World*”.

⁴¹ Tradução livre da autora. No original, “*Strategy for Operating in Cyberspace*”.

se, então, com a função de pegar nesta informação e expô-la às questões essenciais deste trabalho, nomeadamente, procurando perceber se estes jogos de linguagem demonstram uma continuidade da ordem internacional estatocêntrica – o que, em congruência, significa uma aproximação ao modelo subtraído do subcapítulo 1.3 – ou, se pelo contrário, avança para uma reformulação da ordem internacional – aproximando-se, assim, das ilações do capítulo 2.3.

3.1 OBAMA E OS JOGOS DE LINGUAGEM

Barack Obama, tomou posse a 20 de Janeiro de 2009 (Casa Branca, 2008), sucedendo a George W. Bush no cargo de Presidente dos EUA. A campanha vertiginosa que o levou do cargo de deputado estadual do Illinois pouco conhecido a Presidente dos EUA em cerca de sete anos apoiou-se grandemente nas suas insubordinadas declarações acerca das estratégias de Bush para a política externa dos Estados Unidos; declarações particularmente escafpadas no tocante à incursão americana no médio oriente em reação aos ataques de 9/11 (Lindsay, 2011: 771).

Não haviam passado três semanas desde a inauguração da sua Administração e já o mais recente presidente dos Estados Unidos reunia com os seus Conselheiros de Segurança Nacional e de Segurança Interna para dar início a uma “*revisão dos planos, programas e atividades em curso dentro do governo dedicadas à cibersegurança*”⁴² com o objetivo de

[...] desenvolver um quadro estratégico para assegurar que as iniciativas do governo dos EUA para a cibersegurança estão adequadamente integradas, apetrechadas e coordenadas com o Congresso e com o sector privado⁴³ (Casa Branca, 2009c).

A *Revisão* daqui resultante abordou exclusivamente o ciberespaço em termos de segurança nacional e segurança das infraestruturas de informação e comunicação para inferir as linhas principais com vista a uma estratégia política que assegure um futuro com infraestruturas digitais confiáveis, resilientes e fidedignas (Casa Branca, 2009b: iii).

⁴² Tradução livre da autora. No original, “*review of the plan, programs, and activities underway throughout the government dedicated to cyber security*”.

⁴³ Tradução livre da autora. No original, “*develop a strategic framework to ensure that U.S. Government cyber security initiatives are appropriately integrated, resourced and coordinated with Congress and the private sector*”.

Na análise deste documento é perceptível que o principal obstáculo imposto pelo ciberespaço aos EUA se situava na extrema dependência que este foi adquirindo em relação às estruturas do ciberespaço tornadas essenciais para o seu normal (e até, essencial) funcionamento – estruturas essas sobre as quais os Estados Unidos nem possuem controlo efetivo, dado que uma grande parte está situada no sector privado (Burgess, 2010: 160). No entanto, tal só se torna um real problema pelo facto de “[a] arquitetura das infraestruturas digitais [ter sido] conduzida mais por considerações de interoperabilidade e eficiência do que de segurança”⁴⁴ (*Id.*: iii). Hoje em dia, essa extrema dependência pode ser (e tem sido) aproveitada por entidades – estatais e não-estatais – para criar vulnerabilidades estratégicas na segurança e defesa dos EUA (*Id.*: i, iii, 1, 3, B-1, C-9-C-10). Em suma, o principal problema que o governo federal enfrenta consubstancia-se na necessidade de tornar este ciberespaço mais seguro, resiliente e confiável sem comprometer as características que têm feito dele o mais precioso veículo do desenvolvimento tecnológico e social, da globalização, das liberdades civis e dos direitos privados (*Id.*: iii).

No entanto, a *Revisão* também reconhece e aponta falhas às estratégias dos EUA das últimas duas décadas e o porquê de estes terem falhado na tentativa de se manterem a par dos desenvolvimentos no ciberespaço. De acordo com o documento, a principal fragilidade dos Estados Unidos é a ação desconcertada e desorganizada das várias agências e departamentos federais. Isto leva a esforços inconsistentes e muitas vezes desnecessariamente duplicados uma vez que ao possuir jurisdições pouco claras acerca das suas áreas de atuação específicas, estas agências e departamentos acabam por se sobrepor em alguns de campos, deixando outros sem qualquer autoridade (*Id.*: iii-iv, 3, 4, 7, 8, 10, 18, 23).

As linhas de ação apontadas pela *Revisão* abrangem, assim, um grande número de campos de atuação, desde a criação de novos cargos de alto nível para coordenação das políticas e estratégias para o ciberespaço, à consciencialização pública para a segurança no ciberespaço. No entanto, aquilo que é importante a esta investigação é perceber, por trás destas medidas, qual é o objetivo do governo dos Estados Unidos para o ciberespaço, como pretende lidar com ele, como pretende posicionar-se em relação a ele no atual contexto, ou seja, quais são os seus jogos de linguagem. As linhas condutoras propostas por esta revisão

⁴⁴ Tradução livre da autora. No original, “*The digital infrastructure’s architecture was driven more by considerations of interoperability and efficiency than of security*”.

parecem esclarecer isso através de três pontos essenciais – (1) Consciencialização, (2) Coordenação, (3) Cooperação – que, invariavelmente, preparam e investem os EUA de características de liderança.

Apesar de parecer um termo muito ligado a políticas de *soft power*, a consciencialização pública, como percebida pelos conselheiros de Segurança Nacional e Segurança Interna de Obama, tem objetivos muito claros. Além da evidente preocupação em alertar os cidadãos para os riscos da internet, a principal estratégia dos EUA neste sector prende-se com o direcionamento de civis mais capazes para áreas de educação ligadas às matemáticas e às ciências, com o objetivo de formar forças de trabalho civis que protejam a “*vantagem competitiva da Nação*”⁴⁵ (*Id.*: 13) e sustentem a sua posição de liderança (*Id.*: iv). Nas palavras da própria *Revisão*:

similarmente ao período depois do lançamento do satélite Sputnik em Outubro de 1957, os Estados Unidos estão numa corrida global que depende de capacidades da matemática e das ciências⁴⁶ (*Id.*: 14).

A coordenação – termo também invariavelmente atribuído a políticas de *soft power* – aparece aqui fundamental para resolver a principal falha das políticas e estratégias estadunidenses praticadas até ao momento: colmatar as lacunas produzidas por anos de desenvolvimento político e institucional para o ciberespaço apressado e desorganizado. A *Revisão* aconselha a que se produza uma verdadeira reorganização e reestruturação das jurisdições das várias agências e departamentos federais, assim como a criação de um alto cargo de coordenação para o ciberespaço com resposta direta ao Presidente dos EUA. Além disso, é necessário chamar para o debate de coordenação os vários níveis de governação interna desde os estaduais aos tribais, todos sob comando da Casa Branca. Este é, em conjunto com o anterior ponto de consciencialização, um verdadeiro exercício de coesão e fortalecimento interno; o que prepara a Nação para o ponto seguinte.

A cooperação, tão meticulosamente repetida ao longo do documento, é também um termo atribuído ao *soft power* e pretende, aqui, ser conseguida em dois planos distintos – inclusive, de duas formas distintas. A cooperação com o sector público aparece tão espontânea e previsível quanto a coordenação interna do ponto anterior. Estima-se que

⁴⁵ Tradução livre da autora. No original, “*Expand and train the workforce to protect the Nation’s competitive advantage*”.

⁴⁶ Tradução livre da autora. No original, “*Similar to the period after the launch of the Sputnik satellite in October, 1957, the United States is in a global race that depends on mathematics and science skills*”.

entre 85% e 95% das infraestruturas críticas de informação dos EUA pertencem e são controladas pelo sector privado (Burgess, 2010: 160). Nesse sentido, a *Revisão* sugere que se assumam “*responsabilidades partilhadas para assegurar infraestruturas seguras e confiáveis das quais os negócios e os serviços governamentais dependem*” (*Idem.*). Em boa verdade, estas parcerias público-privadas em muito beneficiam o interesse dos EUA uma vez que lhes permite um acesso mais direto às suas infraestruturas críticas e, por conseguinte, uma capacidade de ação mais efetiva e eficiente.

Por outro lado, a *Revisão* também promove a cooperação a nível internacional. As linhas mestras para esta iniciativa focam-se no desenvolvimento de uma estratégia pelos EUA para reformar o ambiente internacional por forma a produzir normas acerca de jurisdição territorial, responsabilidade soberana e uso da força (*Id.*: 20). Ao mesmo tempo, através de uma aposta numa abordagem integrada à formulação de políticas internacionais, os EUA adquirem uma posição reforçada no seio das relações internacionais para, assim, lhe ser possibilitado um incremento das suas oportunidades na cena internacional (*Idem.*).

Na prática, este documento apresenta o caminho político a seguir para cimentar uma posição de liderança; o objetivo destas linhas mestras é posicionar a Casa Branca no topo da hierarquia nacional e no centro da atividade internacional no tocante às questões da segurança no ciberespaço. Um objetivo claramente realista, apetrechado de métodos e estratégias tradicionalmente conectados a políticas idealistas. De facto, esta orientação aparece, depois materializada nas duas *Estratégias* produzidas para a agenda internacional e para as políticas de defesa.

Dois anos depois do lançamento da “*Revisão das Políticas para o Ciberespaço*”, foi lançada a “*Estratégia Internacional para o Ciberespaço: Prosperidade, Segurança e Abertura num Mundo em Rede*” onde os EUA apresentaram uma agenda para a parceria com outros estados com o objetivo de concretizar a sua visão para o futuro do ciberespaço (Casa Branca, 2011b: 1). Ao analisar este documento é possível perceber desde as primeiras frases a forte presença das diretivas apresentadas na *Revisão* e tal consubstancia-se numa das afirmações presentes no texto que fala acerca da abordagem estratégica à construção de uma política para o ciberespaço: “*nós vamos liderar pelo exemplo*” (Casa Branca, 2011a: 4). Esta é uma das afirmações mais marcantes deste documento e aquela que provavelmente objetiva toda a estratégia política aí presente.

De facto, a *Estratégia Internacional* partilha muitas das ilações da *Revisão*: a necessidade de encarar a defesa do ciberespaço como uma ação conjunta internacional e que nenhum estado conseguirá, em autarcia, assegurar a sua própria segurança (*Id.*: 7, 9, 21); ou mesmo o dilema essencial da securitização do ciberespaço, isto é, a necessidade de tornar um ciberespaço um meio mais seguro, mantendo seu normal funcionamento (*Id.*: 5). Neste campo, a *Estratégia* procura, inclusive, aprofundar esta questão afirmando tratar-se da necessidade de aí proteger e respeitar as liberdades fundamentais, a privacidade e o livre fluxo de informação (*Idem.*).

No entanto, num exercício de descontextualização da sua origem na *Revisão*, seria difícil perceber a real estratégia dos EUA. Em boa verdade, grande parte deste documento é dedicado à descrição das ações de cooperação e assistência que os Estados Unidos pretendem iniciar com os seus parceiros internacionais: forjar consensos (*Id.*: 9, 18, 21), promover o debate do ciberespaço bilateral e multilateralmente (*Id.*: 9), assegurar que outros beneficiem dos recursos e experiência estadunidenses (*Id.*: 9, 15, 23), facilitar a construção de políticas e estratégias de segurança para o ciberespaço (*Id.*: 14, 15, 18), etc. No entanto, a esta cooperação está subentendida a aceitação dos recursos, das convenções, políticas e estratégias desenvolvidas e/ou subscritas pelos EUA; tal é evidente quando é afirmado no documento que os Estados Unidos irão trabalhar com estados apreciadores das mesmas opiniões ou “*like-minded states*” (*Id.*: 9, 12, 21).

Uma abordagem tão – aparentemente – defensora da colaboração e cooperação internacional numa área novíssima das relações internacionais poderia introduzir grandes alterações na relação formal entre os estados. A *Revisão* alertava já para a necessidade de produzir normas internacionais para o ciberespaço que se remetessem para questões de jurisdição territorial, responsabilidade soberana e uso da força. A *Estratégia Internacional* é muito direta e sucinta neste campo: para os EUA, os estados são partes responsáveis, possuem um papel permanente no zelo pelo ciberespaço (*Id.*: 7, 11) e podem nele satisfazer muitos dos seus interesses nacionais (*Id.*: 7). O comportamento dos estados no ciberespaço deve ser guiado por princípios de transparência e diplomacia ativa (*Id.*: 9) e pela adaptação do direito costumeiro a este novo espaço (*Idem.*) assim como dos princípios tradicionais de conduta internacional (*Id.*: 10). Além disso, os EUA reconhecem que certos atos hostis conduzidos através do ciberespaço poderão provocar ações de autodefesa com recurso a

todas as medidas necessárias e apropriadas (*Id.*: 12); e, até, desencadear compromissos internacionais obrigados por tratados militares (*Id.*: 14, 21).

Os termos securitários da política dos EUA para o ciberespaço seriam apresentados alguns meses mais tarde naquela que a Administração Obama afirmou ser a primeiríssima estratégia do Departamento de Defesa dos EUA para o ciberespaço, a *Estratégia para Operar no Ciberespaço* (Lynn III, 2011)⁴⁷. À semelhança da *Estratégia Internacional*, este documento obedece às linhas diretivas da *Revisão* e, até, da própria *Estratégia Internacional*. São aqui visíveis: o mesmo dilema acerca da necessidade de proteger o ciberespaço sem interferir com o seu normal funcionamento (Departamento de Defesa dos EUA, 2006: 1); a mesma constatação de que este é um campo onde nenhum estado ou organização conseguirá garantir a sua segurança sozinho (*Id.*: 9); e o mesmo compromisso para com as liberdades fundamentais, a privacidade e o livre fluxo de informação (*Id.*: 1, 9-10).

Das cinco iniciativas estratégicas que propõe, a grande novidade das *Estratégia* consubstanciou-se na proclamação do ciberespaço como um domínio de atuação – à semelhança da terra, do mar, do ar e do espaço – o que, em termos militares, alargará o leque de opções e facilitará as operações dos EUA neste campo (Lynn III, 2011; Departamento de Defesa dos EUA, 2006: 5). As restantes limitam-se a reiterar as suas antecessoras *Revisão* e *Estratégia Internacional*, propondo: (iniciativa estratégica 2) a implementação de novos conceitos operacionais para a defesa, como a melhoria da ciber-higiene, o incremento da coesão e eficiência internas ou o desenvolvimento de novas arquiteturas de computadores (Departamento de Defesa dos EUA, 2006: 6-7); (iniciativa estratégica 3) o estabelecimento de parcerias com os restantes departamentos e agências dos EUA e com o sector privado (*Id.*: 8); (iniciativa estratégica 4) a construção de uma relação robusta com os aliados e parceiros internacionais dos EUA, principalmente com os *like-minded states* (estados defensores das mesmas ideias), renovando os votos para com os princípios de autodefesa e autodefesa coletiva (*Id.*: 9); e, por fim (iniciativa estratégica 5), a atração de talentos civis para a criação de uma força de trabalho civil excepcional que reúna os civis mais capacitados nas matemáticas, ciências e economia (*Id.*: 10).

⁴⁷ Apesar de ter assim sido apresentado, a verdade é que já em 2006 a Administração Bush tinha lançado um conceito estratégico para o ciberespaço, “*A Estratégia Nacional Militar para as Operações no Ciberespaço*”, no original, “*The National Military Strategy for Cyberspace Operations*”.

Finda a análise destes três documentos, é necessário sistematizar as regras destes jogos de linguagem para, à semelhança dos anteriores capítulos, subtrair os jogos de linguagem subjacentes. Assim, avaliando as regras da soberania, no plano da relação entre os estados e o sector privado foi possível perceber que, apesar de o estado chamar as empresas à responsabilidade de defender o ciberespaço, esta relação acontece pela necessidade de o sector público voltar a ter poder sobre as infraestruturas críticas de informação que havia delegado ao privado. Estas dinâmicas revelam uma relação assimétrica entre um e outro setores: o estado procura aumentar a sua eficiência através da cooperação com o sector privado que, por sua vez, desta relação parece não retirar mais do que essas mesmas “responsabilidades partilhadas”. Em termos da relação entre os estados, é possível perceber que existe, apesar de tudo, uma tentativa de aumentar a cooperação, incrementar o diálogo e, sobretudo, a diplomacia: “*Mas a questão chave deixada por perguntar e por responder foi se mais cooperação se traduzia em cooperação suficiente*”⁴⁸ (Lindsay, 2011: 778: destacado original). Ainda assim, como a *Estratégia Internacional* afirma, mesmo dentro do ciberespaço, impor-se-ão normas de direito internacional costumeiro e tradicional, pelo que, na prática, estima-se que o entendimento da soberania não seja aí radicalmente afetado.

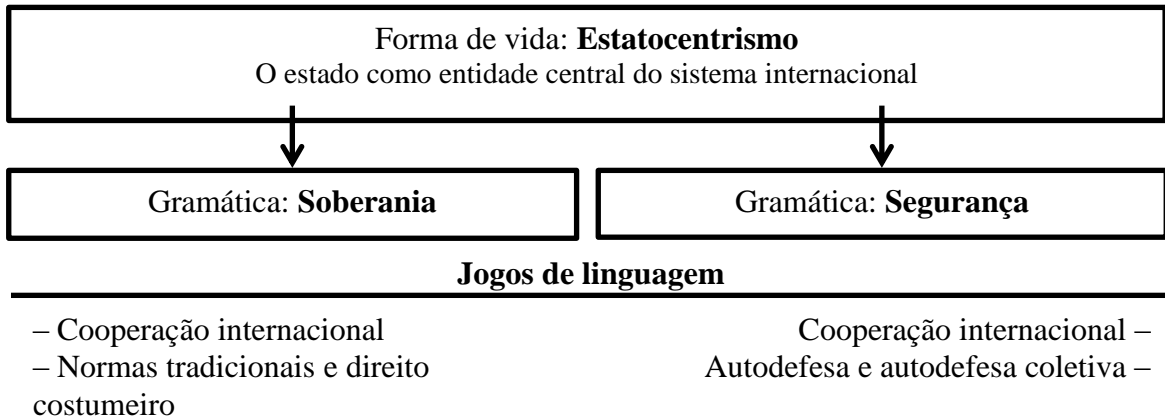
No lado da segurança, é também possível perceber que, apesar de também aí existir um esforço de cooperação – que, em última análise, é imposto pela urgência de uma questão cuja resolução chegou ao entendimento comum de que não poderá ser conseguida em autarcia – prevalece uma visão muito tradicionalista. O discurso parece ser amplamente produzido na vertente de assegurar objetivos de interesse e defesa nacionais em detrimento de uma visão global de segurança. A prova disso é a introdução dos princípios de autodefesa e autodefesa coletiva nas estratégias para o ciberespaço.

Além disso, e neste caso específico dos Estados Unidos, é perceptível, também a busca por um lugar na vanguarda da construção das políticas, estratégias e, até, do próprio ciberespaço. Na verdade, esta necessidade de um lugar de liderança é explicitamente assumida na *Revisão* e na *Estratégia Internacional*. Tal facto é evidência de uma cena internacional que – longe de ser integrativa – se mostra, ainda, concorrente e, por isso e por

⁴⁸ Tradução livre da autora. No original, “*But the key question left unasked and unanswered was whether more cooperation would translate into enough cooperation*”.

todas as razões aqui apresentadas, estas políticas enquadram-se dentro de uma forma de vida estatocêntrica.

Esquema 6 – Os Jogos de Linguagem na Estratégia dos EUA para o Ciberespaço



Esquema 6 Os jogos de linguagem, as gramáticas e a forma de vida nas regras do jogo apuradas nos documentos estratégicos dos EUA (pela autora com base em Fierke).

Com este subcapítulo completo, dá-se por concluída a necessária recolha teórica, metodológica e empírica para responder à questão essencial desta dissertação. No entanto, esta informação precisa agora de ser analisada à luz das questões que regem o desenvolvimento do trabalho pelo que o seguinte subcapítulo se encarrega de transportar estes jogos de linguagem para uma análise que os apõe às conclusões dos anteriores capítulos por forma a responder à questão central: como é que o ciberespaço alterou os entendimentos de soberania e segurança?

3.2 ENTRE A PRÁTICA, A TEORIA E A CONCRETIZAÇÃO

A estrutura tripartida deste estudo reflete a necessidade de analisar três questões aparentemente diferentes para responder a uma mesma pergunta de partida: como é que o ciberespaço influi nos entendimentos de soberania e segurança. Ora, para isso, o primeiro capítulo desenvolveu-se no intuito de perceber qual a tradição estruturante da ordem internacional. Daquela parte concluiu-se que o sistema internacional, assente em

gramáticas de soberania e segurança, por sua vez, apetrechadas de jogos de linguagem potenciadores de práticas de manutenção do *status quo*, esteve dominado por princípios de organização internacional estatocêntricos. O segundo capítulo, por sua vez, procurou perceber como é que o ciberespaço pode influir naqueles princípios estruturantes da ordem internacional (isto é, nos entendimentos de soberania e segurança) ou interpretar esse mesmo ciberespaço como um risco. Neste capítulo concluiu-se, então, que o ciberespaço tem a potencialidade de transformar o entendimento desses princípios estruturante e, conseqüentemente, abrir as portas para a reformulação da ordem internacional vigente. Ao anterior subcapítulo coube a missão de perceber como, efetivamente, e na imagem dos EUA, tem influído o ciberespaço nesses entendimentos de soberania e segurança; tudo isto através de uma análise dos jogos de linguagem presentes nos documentos oficiais dos EUA que tratam o ciberespaço nos contextos da soberania e da defesa. Aí foi possível concluir que existe um esforço político para acoplar aquele novo espaço virtual nas estruturas e estratégias político-militares pré-existentes. Resta agora, então, reunir e analisar essas conclusões para, assim, perceber como é que o ciberespaço alterou os entendimentos de soberania e segurança.

Na prática, essa análise consubstancia-se em perceber se as estratégias dos EUA para o ciberespaço influem nos princípios estruturais de soberania e segurança de uma forma mais aproximada aos jogos de linguagem e gramáticas atribuídas aos estatocentrismo admitindo assim que a ordem internacional está em continuidade com aquela que tem sido praticada nos últimos séculos; ou, se pelo contrário, as estratégias dos Estados Unidos são mais coniventes com o modelo teórico de Beck onde a sociedade, por influência direta dos riscos enquanto forças motrizes e incansáveis dos movimentos de modernização, evolui para uma ordem internacional reformada e assente em princípios cosmopolitas.

Ora, em termos de segurança, é evidente um aumento da cooperação, tanto ao nível internacional, como com o sector privado. Na verdade a necessidade assim obrigou: ao perceber que a segurança de um estado já não consegue ser abordada de forma autónoma e que o próprio estado já não possui autoridade sobre muitos dos seus recursos essenciais, foi necessário construir novas estratégias de colaboração e abrir algumas portas às parcerias público-privadas. No entanto, este apelo à “responsabilidade partilhada” parece estar

assente numa perspetiva focada na segurança nacional e persecução de interesses nacionais. A questão do direito à autodefesa continua muito forte neste campo e mesmo a chamada autodefesa coletiva é praticada sob as diretivas dos tratados militares internacionais a que estão obrigados. Comparativamente, esta perspetiva está mais longe de uma rede global de segurança integrada do que dos chamados fóruns internacionais.

Quanto à soberania, à semelhança da segurança, continua aqui a ser evidente o aumento da cooperação internacional e com o setor privado. No entanto, não é possível dizer que se trata de uma soberania aberta, partilhada ou integrada. Mesmo o setor privado com que colabora parece encontrar-se numa relação assimétrica onde o principal interessado é o estado por, assim, conseguir aumentar as suas capacidades efetivas de ação. Mais do que isso, as tentativas deliberadas de se posicionar num lugar de liderança tanto a nível interno como na cena internacional (no caso específico dos EUA), demonstra uma postura mais próxima dos jogos de linguagem da paz democrática. Coadjuvado, ainda, vem o facto de existir a intenção de atribuir normas tradicionais e direito costumeiro às relações dentro do ciberespaço, apresentando assim uma perspetiva marcadamente tradicionalista.

Este cenário evidência, sem muita margem para dúvidas, que existe uma relação muito próxima às gramáticas e jogos de linguagem do estatocentrismo; de certa forma pode dizer-se até, que existe continuidade e que, apesar de tudo, essa forma de vida ainda é dominante. No entanto, existem aspetos que não escaparam às forças da mutação nas relações internacionais e a prova disso é a necessária abertura do estado à cooperação, como suprarreferido. Apesar de tudo, o estado foi obrigado pela força das circunstâncias a inaugurar algumas estratégias – nomeadamente as parcerias com o setor privado e a cooperação securitárias com outros estados – que, de outra forma, provavelmente, nunca teriam sido desenhadas.

REMATE E CONCLUSÕES

Procurar perceber como é que o ciberespaço alterou os entendimentos de soberania e segurança é uma tarefa que se adivinha de resposta complexa. Isto não apenas pelo facto de o ciberespaço ser um assunto relativamente recente nas agendas políticas nacionais e internacionais mas, também, porque, para efeitos da investigação, esta questão envolve uma considerável série de limitações e necessidades teóricas. O quadro metateorético subjacente a este trabalho estaria, por isso, sempre sujeito a uma série de desafios que o limitam (por um lado) e o obrigam (por outro) a certos parâmetros teóricos. Primeiro, a compreensão de que o mundo social é composto de entendimentos sociais – como o são a soberania e segurança – e que esses entendimentos são conseguidos através de construções e dinâmicas sociais. No mesmo sentido, uma vez que a sua natureza está dependente da compreensão social é necessário atribuir-lhe características de relatividade e, em consequência, constituir-se como advogada dos processos de mutação na sociedade uma vez que, em último caso, é um processo de mutação que esta dissertação se propõe trabalhar. Por tudo isso, apenas o construtivismo crítico se qualifica para este posto.

Em congruência, a metodologia necessária para concretizar esta base metateorética é obrigada, não só a respeitar a sua composição social, como a praticar uma análise do mundo reveladora dos seus processos de mutação. Ora, uma vez que o mundo social existe na comunicação, toda a atividade social é intrínseca à linguagem pelo que, impreterivelmente, a metodologia é obrigada a debruçar-se sobre processos de análise de linguagem. Ainda assim, uma vez que o objeto de estudo é um processo de mutação, a questão que se levanta não é apenas a de perceber o resultado desse processo mas, antes, a estrutura das regras que lhe estão subjacentes. É, então, com base nas premissas de que as dinâmicas e estruturas sociais obedecem a regras (implícitas ou explícitas) e que essas regras existem na linguagem comum que a prática metodológica desta dissertação assenta na metodologia de análise dos jogos de linguagem de Fierke.

Esta base teórico-metodológica possibilitou que se avançasse para a análise concreta da tradicional organização da ordem internacional. Através do pressuposto de que a teoria política dominante num certo espaço-tempo evidencia, de facto, a prática política desse período, torna-se evidente que estudar as correntes teóricas dominantes dos últimos séculos, aplicando a esses princípios teóricos os mesmos métodos de análise dos jogos de

linguagem, se consubstancia em estudar efetivamente as próprias práticas políticas desses períodos. Em suma, a conclusão desta análise possibilitou perceber que os últimos séculos de relações internacionais foram dominados por interpretações teóricas positivistas (fosse o realismo ou o liberalismo – amplo senso) e que, por isso, defendiam a manutenção de dado *status quo*. Essa ordem revelou ser uma forma de vida constante, apoiada nas gramáticas de soberania e segurança conhecida como estatocentrismo.

Foi interessante perceber nesta análise que, usando um quadro metodológico propenso aos processos de mutação e às dinâmicas sociais, os princípios estruturantes da ordem internacional mantiveram-se firmes. Em boa verdade, os jogos de linguagem alteraram-se, deambulando num *continuum* entre as perspectivas realistas e as mais idealistas; mas, ainda assim, suportaram sempre uma mesma ordem internacional.

No entanto, até aqui, o ciberespaço ainda não tinha entrado no jogo das relações internacionais (pelo menos não da forma como hoje está presente) pelo que torna-se necessário perceber, agora, qual o potencial deste novo espaço virtual na reformulação dos princípios estruturantes da ordem internacional. Para tal é preciso resolver duas questões: primeiro, qual o enquadramento teórico para estudar uma potencialidade (o impacto do ciberespaço); e, segundo, quais as características desse objeto em potência (o ciberespaço). Na verdade, o enquadramento teórico do sociólogo Ulrich Beck além de responder à primeira destas questões, resolveu também uma grande parte da segunda.

Na visão teórica deste sociólogo alemão, a sociedade moderna, através dos seus processos e modernização em busca de mais bem-estar, desenvolveu processos de modernização autónomos que, melhorando alguns aspetos do bem-estar social, contribuiu também para a diminuição desse mesmo bem-estar noutros setores. Estes processos de modernização são provocados por objetos de risco; criados, por sua vez, pela própria modernidade. Assim que a sociedade chega ao ponto em que percebe a irreversibilidade da sua modernização (ou seja, torna-se “reflexiva”), entra na “sociedade de risco” onde não existe outra opção que não a de gerir o risco.

Ora, remetendo-se à segunda questão, torna-se necessário perceber como se caracteriza o ciberespaço. Em termos simples e sintéticos, é preciso compreender que este espaço não é apenas um mundo virtual e, ao mesmo tempo, também não é unicamente um

espaço social. O ciberespaço é um ambiente híbrido que é composto pela atividade social e, ao mesmo tempo, depende de todo um conjunto de infraestruturas físicas. No entanto, é necessário perceber não só o que é o ciberespaço mas também o que é o ciberespaço em potência e, para isso, é necessário inseri-lo no enquadramento teórico de Beck enquanto objeto de risco. Só quando se encontra sob o véu da sociedade de risco é que é verdadeiramente perceptível o exponencial transformador do ciberespaço na atual ordem internacional; e as regras dessa transformação podem ser visíveis à luz da análise dos jogos de linguagem.

Assim, o ciberespaço, enquanto risco, empurra continuamente a sociedade em direção às necessárias adaptações para melhor gerir o risco sem que esta perceba que, nesse processo, acaba por ser transformada pelas características do próprio objeto de risco. Uma vez que o objeto de risco – neste caso, o ciberespaço – possui características tecnológicas e um âmbito global, a tendência é que o estado recue, tanto do seu posto superior enquanto autoridade máxima nacional na providência de segurança e organização social, como da sua posição central a nível internacional enquanto ator principal e mais capacitado. No fundo, o ciberespaço enquanto risco, possui a capacidade de reformar a ordem internacional vigente.

Na parte final analisou-se, através do exemplo dos EUA, como é que as políticas e estratégias para a defesa e para a soberania têm procedido quanto ao ciberespaço. Ao aplicar a metodologia de Fierke aos documentos oficiais dos EUA foi possível estudar as suas estratégias para o ciberespaço e, assim, perceber que regras é que lhe estavam subentendidas. Esta análise demonstrou que existe um esforço de adaptação – mas não nos termos previstos de Beck. É perceptível é que existe uma forte pressão para que seja o ciberespaço a adaptar-se aos jogos de linguagem das gramáticas da ordem internacional e tal está bem representado pelo facto de se tentar introduzir as leis de direito internacional e normas costumeiras no mundo virtual. Existem, no entanto, setores em que a sociedade é, por força das circunstâncias, obrigada a refletir as suas relações internacionais no sentido de aumentar os seus fluxos de cooperação.

Na conclusão deste estudo é possível responder de forma simples à questão de como o ciberespaço alterou os entendimentos de soberania e de segurança: embora o ciberespaço possua a capacidade intrínseca para reformular os princípios estruturantes da

atual ordem internacional, as gramáticas associadas a essa transformação não o demonstram.

Pelo menos não de forma aberta, explícita e irrevogável.

Já está claro que apesar de não serem radicais, mutações ligeiras aconteceram na conduta do estado e é necessário, agora, perceber como e em que circunstâncias se desenvolveu esse processo. A verdade é que, como aliás já foi referido (Casa Branca: 2009b: iii), no caso norte-americano, o estado só parece ter percebido a real importância do ciberespaço quando já era tarde demais para influenciar a sua estrutura com considerações securitárias.

A adaptação só muito recentemente começou a tomar lugar (e prova disso será o facto de o “primeiro” e único conceito estratégico para o ciberespaço dos EUA não ter mais de dois anos de existência). E “adaptação” é, por certo, o termo correto a aplicar a esta dinâmica uma vez que o estado está, literalmente, a integrar os seus princípios estruturantes tradicionais (como o são a soberania e a segurança) neste novo ambiente virtual. Tal acontece porque o estado é, ainda, uma entidade muito forte no sistema internacional e que, face aos movimentos globalizadores, continua a reforçar essa posição. A circunstância de o sector privado colaborar na eficiência do estado é disso evidência. Só através desta posição socialmente construída e historicamente reforçada é que esta entidade conseguiu sobrepor-se às forças transformadoras do ciberespaço, quando outras – como o sector privado – estavam (e estão) mais capacitadas para tal.

Na conclusão deste estudo sobre a questão de saber se, a manter-se este ambiente a que Beck chama de sociedade de risco, o estado conseguirá manter a sua forte e histórica posição na cena internacional. A visão de Beck parece deveras distante da atual realidade, mas talvez ainda não tenha sido dado o tempo necessário às dinâmicas e construções sociais para mudarem as regras do jogo.

BIBLIOGRAFIA

- Adam, Barbara *et al.* (eds.) (2000), *The Risk Society and Beyond - Critical Issues for Social Theory*. Sage Publications: Londres.
- Adler, Emanuel (1997), “Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics”, *European Journal of International Relations*. Vol. 3(3): 319-363.
- Akamai (2013), “The State of the Internet”, Vol. 6(1). Acesso em Setembro de 2013, disponível em Akamai: http://www.akamai.com/dl/akamai/akamai_soti_q113.pdf?WT.mc_id=soti_Q113.
- Bagby, Laurie (1994), “The Use and Abuse of Thucydides in International Relations”, *International Organization*. Vol. 48(1): 131-153.
- Baldwin, David (ed.) (1993), *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. Columbia University Press: Columbia.
- Barkin, S. e Cronin, B. (1994), “The State and the Nation: Changing Norms and the Rules of Sovereignty in International Relations”, *International Organization*. Vol. 48(1): 107-130.
- Baylis, John e Smith, Steve (eds.) (2001), *The Globalization of World Politics: An introduction to international relations*. Oxford University Press: Nova Iorque.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society – Towards a New Modernization*. Sage Publications: Londres.
- _____ (2000), *World Risk Society*. Polity Press: Cambridge.
- _____ (2002), “The Terrorist Threat: World Risk Society Revisited”, *Theory, Culture & Society*. Vol. 19(4): 39-55.
- _____ (2006a), *The Cosmopolitan Vision*. Polity Press: Cambridge.
- _____ (2006b), “Unpacking cosmopolitanism for the social sciences: a research agenda”, *The British Journal of Sociology*. Vol. 57(1): 1-23.
- _____ (2009), *World at Risk*. Polity Press: Cambridge.
- Beck, Ulrich *et al.* (1995), *Modernização Reflexiva, Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. Editora UNESP Fundação: São Paulo.
- Betz, D e Stevens, T. (2013) “Analogical reasoning and cyber security”, *Security Dialogue*. Vol. 44(2): 147-164.
- Brown, G. e Held, D. (eds.) (2010), *The Cosmopolitan Reader*. Polity Press: Cambridge.

- Burgess, Peter J. (ed.) (2010), *The Routledge Handbook of New Security Studies*. Routledge: Nova Iorque.
- Buzan B. e Hansen, L. (2009), *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge University Press: Cambridge.
- Campbell, David (1998), *National Deconstruction: Violence, Identity, and Justice in Bosnia*. University of Minnesota Press: Londres.
- Campbell, David e Shoolman, Morton (eds.) (2008), *The New Pluralism*. Duke University Press: Durham.
- Carr, Edward (1946), *The Twenty Years' Crisis 1919-1938*. Macmillan: Londres.
- Casa Branca (2003), *The National Strategy to Secure Cyberspace*. Acesso em Julho de 2013, disponível em U.S. Department of Defense: [http://www.defense.gov/home/features/2010/0410_cybersec/docs/cyberspace_strategy\[1\].pdf](http://www.defense.gov/home/features/2010/0410_cybersec/docs/cyberspace_strategy[1].pdf).
- _____ (2008), *President Barack Obama*. Acesso em Agosto de 2013, disponível em White House: <http://www.whitehouse.gov/administration/president-obama>.
- _____ (2009a), *The Comprehensive National Cybersecurity Initiative*. Acesso em Agosto de 2013, disponível em White House: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/cybersecurity.pdf>.
- _____ (2009b), *Cyberspace Policy Review: Assuring a Trusted and Resilient Information and Communications Infrastructure*. Acesso em Julho de 2013, disponível em White House: http://www.whitehouse.gov/assets/documents/Cyberspace_Policy_Review_final.pdf.
- _____ (2011a), *International Strategy for Cyberspace: Prosperity, Security, and Openness in a Networked World*. Acesso em Julho de 2013, disponível em White House: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/international_strategy_for_cyberspace.pdf.
- _____ (2011b), *International Strategy for Cyberspace: Factsheet*. Acesso em Julho de 2013, disponível em White House: http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/International_Strategy_Cyberspace_Factsheet.pdf.
- Clarke, Richard e Knake, Robert (2010), *Cyber War: The Next Threat to National Security and What to Do About It*. HarperCollins Publishers: Nova Iorque.
- Cohen, Julie (2007), "Cyberspace as/and Space", *Georgetown Public Law and Legal Theory*. Research Paper No. 898260.

- Coker, Christopher (2009), *War in an Age of Risk*. Polity Press: Cambridge.
- Corry, Olaf (2012), “Securitisation and 'Riskification': Second-order Security and the Politics of Climate Change”, *Millennium - Journal of International Studies*. Vol. 40(2): 235-258.
- Cox, Robert (1981), “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”, *Millennium – Journal of International Studies*. Vol. 10(2): 126-155.
- Debrix, François (ed.) (2003), *Language, Agency and Politics in a Constructed World*. M. E. Sharpe, Inc: Nova Iorque.
- Denzin, N. e Lincoln, Y. (Eds.) (1994), *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. Sage: Londres.
- Departamento de Defesa dos EUA (2011), (2006), *The National Military Strategy for Cyberspace Operations*. Acesso em Agosto de 2013, disponível em U.S. Department of Defense: http://www.dod.mil/pubs/foi/joint_staff/jointStaff_jointOperations/07-F-2105doc1.pdf.
- _____ *Strategy for Operating in Cyberspace*. Acesso em Julho de 2013, disponível em U.S. Department of Defense: <http://www.defense.gov/news/d20110714cyber.pdf>.
- Departamento de Segurança Nacional dos EUA (2003), *National Strategy to Secure Cyberspace*. Acesso em Agosto de 2013, disponível em U.S. Department of Homeland Security: <http://www.dhs.gov/national-strategy-secure-cyberspace>.
- _____ (2005), “Budget in Brief – Fiscal Year 2005”. Acesso em Setembro de 2013, disponível em U.S. Homeland Security: http://www.dhs.gov/xlibrary/assets/FY_2005_BIB_4.pdf.
- Der Derian, James (1999), “Response to Devetak: The rehabilitation of international theory”, *Cambridge Review of International Affairs*. Vol. 12(2): 77-79.
- Devetak, Richard (1999), “Theories, practices and postmodernism in international relations”, *Cambridge Review of International Affairs*. Vol. 12(2): 61-76.
- Donnelly, Jack (2004), *Realism and International Relations*. Cambridge University Press: Cambridge.
- Dyson, E. *et al.* (1994), “Cyberspace and the American Dream: A Magna Carta for the Knowledge Age” in *Future Insight*. Acesso em Dezembro de 2012, disponível em

- The Progress & Freedom Foundation: <http://www.pff.org/issues-pubs/future-insights/fi1.2magnacarta.html>.
- eMarketer (2013), “B2C Ecommerce Climbs Worldwide, as Emerging Markets Drive Sales Higher”. Acesso em Setembro de 2013, disponível em eMarketer: <http://www.emarketer.com/Article/B2C-Ecommerce-Climbs-Worldwide-Emerging-Markets-Drive-Sales-Higher/1010004>.
- ENISA (2013), “About ENISA”. Acesso em Setembro de 2013, disponível em ENISA: <http://www.enisa.europa.eu/about-enisa>.
- Eurostat (2013), “Database”. Acesso em Setembro de 2013, disponível em Eurostat: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/statistics/search_database.
- Fierke, Karin (1996), “Multiple Identities, Interfacing Games: The Social Construction of Western Games”, *European Journal of International Relations*. Vol. 2(4): 467-497.
- _____ (2002), “Links Across the Abyss: Language and Logic in International Relations”, *International Studies Quarterly*. Vol. 46: p. 331-354.
- _____ (2005), *Diplomatic Interventions: Conflict and Change in a Globalizing World*. Palgrave MacMillan: Nova Iorque.
- Gallie, W. B. (1956), “Essentially Contested Concepts”, *Proceedings of the Aristotelian Society*. Vol. 56: 167-198.
- Gov.UK (2013), “Keeping the UK safe in cyber space”. Acesso em Setembro de 2013, disponível em Gov.UK: <https://www.gov.uk/government/policies/keeping-the-uk-safe-in-cyberspace>.
- Hansen, L. e Nissenbaum, H. (2009) “Digital Disaster, Cyber Security, and the Copenhagen School”, *International Studies Quarterly*. Vol. 53: 1155-1175.
- Hoffmann, Stanley (1977), “An American Social Science: International Relations”, *Daedalus*. Vol. 106(3): 41-60.
- Hollis, M. e Smith, S. (1991), *Explaining and Understanding International Relations*. Clarendon Press: Oxford.
- Hopf, Ted (1998), “The Promise of Constructivism in International Relations Theory”, *International Security*. Vol. 23(1): 171-200.
- Krause, K. e Williams, M. (eds.) (1997), *Critical Security Studies*. UCL Press: Londres.
- Lash, S., Szerszynski, B. e Wynne, B. (eds.) (1996). *Risk, Environment and Modernity: Towards a New Ecology*. Sage Publications: Londres.

- Lindsay, James M. (2011), “George W. Bush, Barack Obama and the Future of US Global Leadership”, *International Affairs*. Vol. 87(4):765-779.
- Lobo-Fernandes, Luís (2008), “Estudo Introdutório”, *História da Guerra do Peloponeso*. Edições Sílabo: Lisboa.
- Lynn III, William J. (2011), “Remarks on the Department of Defense Cyber Strategy”, discurso apresentado na *National Defense University*, Washington, D.C.
- Meyer, John *et. al.* (1997), “World Society and the Nation-State”, *American Journal of Sociology*. Vol. 103(1): 144-181.
- Moore, Cerwin e Farrands, Chris (2010), *International Relations Theory and Philosophy: Interpretive dialogues*. Routledge: Nova Iorque.
- Moore, T., Pym, D. e Ioannidis, C. (eds.) *Economics of Information Security and Privacy*. Springer: Nova Iorque.
- NATO (2013), “Cyber Timeline”. Acesso em Setembro de 2013, disponível em *NATO Review Magazine*: <http://www.nato.int/docu/review/2013/Cyber/timeline/EN/>.
- Powell, Robert (1994), “Review: Anarchy in International Relations Theory: The Neorealist-Neoliberal Debate, Neorealism and its Critics. by Robert O. Keohane; Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate. by David A. Baldwin”, *International organizations*. Vol. 48(2): 313-344.
- Price, Richard and Reus-Smit, Christian (1998), “Dangerous Liaisons?: Critical International Theory and Constructivism”, *European Journal of International Relations*. Vol. 4(3): 259-294.
- Rollins, John e Henning, Anna C. (2009), “Comprehensive National Cybersecurity Initiative: Legal Authorities and Policy Considerations”, *Congressional Research Service Report for Congress*. Acesso em Agosto de 2013, disponível Federation of American Scientists: <http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/R40427.pdf>.
- Scherer, Andreas e Palazzo, Guido (eds.) (2008), *Handbook of Research on Global Corporate Citizenship*. Edward Elgar Publishing, Inc.: Massachusets.
- Steans, J., Pettiford, L., Diez, T. e El-Anis, I. (2010), *An Introduction to International Relations Theory – Perspectives and Themes*. Pearson Education Limited: Essex.
- Strohm, Chris e Shields, Todd (2013) “Obama Boosts Pentagon Cyber Budget Amid Rising Attacks”. Acesso em Setembro de 2013, disponível em Bloomberg

Businessweek: <http://www.businessweek.com/news/2013-04-10/lockheed-to-general-dynamics-target-shift-to-cyber-spend>.

Suteanu, Cristian (2005), “Complexity, Science and the Public: The Geography of a New Interpretation”, *Theory, Culture & Society*. Vol. 22(5): 113-140.

Symantec (2009), Symantec Internet Security Threat Report - Trends for 2008. Acesso em Setembro de 2013, disponível em Symantec: http://eval.symantec.com/mktginfo/enterprise/white_papers/b-whitepaper_exec_summary_internet_security_threat_report_xiv_04-2009.en-us.pdf.

Voice of Russia (2013), “Russia to adopt new cyber security concept”. Acesso em Setembro de 2013, disponível em Voice of Russia: http://voiceofrussia.com/news/2013_07_22/Russia-to-adopt-new-cyber-security-concept-0022/.

Waltz, Kenneth (1979), *Theory of International Politics*. Addison-Wesley Publishing Company: Massachusetts.

Warner, Michael (2012), “Cybersecurity: A Pre-history”, *Intelligence and National Security*. Vol. 27(5): 781-799.

Weldes, Jutta (1998), “Bureaucratic Politics: A Critical Constructivist Assessment”, *Mershon International Studies Review*. Vol. 42(2): 216-225.

Weldes, Jutta *et. al.* (eds.) (1999), *Cultures of Insecurity – States, Communities, and the Production of Danger*. University of Minnesota Press: Minnesota.

Wendt, Alexander (1998), “On Constitution and Causation in International Relations”, *Review of International Studies*. Vol. 24: p. 101-117.

Wilson, Woodrow (1918), “Fourteen Points” Sessão Conjunta do Congresso.

Wittgenstein, Ludwig (1922), *Tractatus Logico-Philosophicus*. Routledge: Londres.

_____ (1958), *Philosophical Investigations*. Basil Blackwell: Oxford.

Yost, P., Glad, P. e Barker, W. (2001) “In Search of Coverage in Cyberspace: Why the Commercial General Liability Policy Fails to Insure Lost or Corrupted Computer Data”, *SMU Law Review*. Vol. 54(4): 2009-2054.